

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 31 de Outubro de 2007**

**Área Temática: PAA - SAN**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Outubro de 2007

## Índice

<b>Malthusianismo</b> – Antonio Delfim Netto – Folha de São Paulo – Opinião – 03/10/2007 ...	5
<b>Feira é palco do lançamento da Semana Mundial da Alimentação</b> – Sítio Eletrônico do MDA - 03/10/2007 .....	6
<b>A inflação de alimentos</b> – Edmard Amadeo – Valor Econômico – Opinião - 03/10/2007 ..	7
<b>Alimentos perdem fôlego, e IGP-DI recua para 1,17%</b> - Folha de São Paulo – Brasil – 05/10/2007 .....	9
<b>Semana Mundial da Alimentação 2007 será lançada nesta sexta-feira, em Brasília</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 05/10/2007 .....	9
<b>Agricultura e inflação</b> - Hélio Tollini – Valor Econômico – Opinião - 05/10/2007 .....	10
<b>Para BC, pressões vão além dos alimentos</b> - Gustavo Freire – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/10/2007 .....	11
<b>Etanol eleva preço de grãos, diz FAO</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/10/2007 .....	12
<b>Biofach vai exibir produtos orgânicos do PAA</b> – Sítio Eletrônico da Conab – 10/10/2007 .....	13
<b>Direito à comida, direito à educação</b> - Rolf Kuntz* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/10/2007 .....	14
<b>Índices apontam que pressão de alimentos continua</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/10/2007 .....	15
<b>Novas pesquisas confirmam queda na pobreza e mais acesso à alimentação</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 15/10/2007 .....	15
<b>Gestores gaúchos se reúnem para debater integração de Restaurantes Populares</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 15/10/2007 .....	16
<b>Começa hoje a Semana Mundial da Alimentação</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 15/10/2007 .....	17
<b>Secretário Onaur Ruano, do MDS, participa da abertura da Semana Mundial da Alimentação em Santo André (SP)</b> – Sítio do MDS – 15/10/2007 .....	19

## **Segunda Quinzena**

**Comer é um direito** – José Graziano da Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 16/10/2007 20

**Dia Mundial da Alimentação Alerta para a Fome no Mundo** – Sítio Eletrônico do MAPA – 16/10/2007 ..... 22

**PAA apóia produção da castanha do brasil no Acre** – Sítio Eletrônico do MDA – 16/10/2007 ..... 22

**“O Direito à Alimentação”** - Jacques Diouf, diretor-geral da FAO – Sítio Eletrônico do MDS – 16/10/2007 ..... 23

**Artigo: "Juntar esforços contra a fome"** – Patrus Ananias – Sítio do MDS – 16/10/2007 ..... 25

**Semana Mundial da Alimentação mobiliza várias cidades brasileiras** – Sítio Eletrônico do MDS – 16/10/2007 ..... 26

**Projetos bem-sucedidos ganham destaque na Semana Mundial da Alimentação** – Sítio Eletrônico do MDS – 17/10/2007..... 27

**Inflação dos alimentos volta a ser ameaça para países emergentes, diz organismo** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/10/2007..... 29

**Especialistas consideram Losan um marco jurídico no combate à fome** – Sítio Eletrônico do MDS – 18/10/2007..... 30

**O chamado da FAO e as respostas na ação** - Onaur Ruano – Sítio Eletrônico do MDS – 18/10/2007 ..... 31

**Um velho tema: inflação e agricultura** – José Roberto Mendonça de Barros – Valor Econômico – Opinião - 18/10/2007 ..... 32

**Secretário Onaur Ruano, do MDS, participa de Seminário Internacional de Segurança Alimentar na Colômbia** – Sítio Eletrônico – 22/10/2007 ..... 34

**Paradoxo da fome** - Xico Graziano \* - Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 23/10/2007 ..... 35

**Alimento e habitação fazem IPC-S recuar** – Valor Econômico – Brasil - 24/10/2007 ... 37

**Assentamento tem mais desnutridos, diz pesquisa** - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 26/10/2007 ..... 38

<b>Líderes contestam resultados</b> - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 26/10/2007 .....	39
<b>Renato Maluf é indicado por unanimidade para a presidência do Consea</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 26/10/2007.....	39
<b>Cana não atrapalha a produção de alimentos, afirma CNA</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/10/2007 .....	40
<b>Carbono inorgânico</b> – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 28/10/2007 .....	42

UMA GRAVE ameaça pesa sobre a produção dos biocombustíveis. Movimentos sociais com objetivos ideológicos, ambientalistas honestos, mas desinformados, analistas bem-informados, mas com viés malthusiano, chefes de governo prisioneiros de sua situação e até a ONU insistem na falsa idéia de que eles vão reduzir a oferta de alimentos. No caso brasileiro, a ameaça é claramente falsa. A área total do Brasil é de 851 milhões de hectares, dos quais 463 milhões (54%) são ocupados por áreas preservadas (inclusive a floresta amazônica); 220 milhões (26%) são ocupados por pastagens; 72 milhões (9%) são áreas cultivadas (6 milhões de hectares pela cana) e 96 milhões (11%) são potencialmente cultiváveis.

É preciso enxergar um fato importante: a agricultura é o único setor da economia onde milhões de produtores, individualistas e desorganizados, enfrentam uma estrutura oligopolista de compra, o que significa que transferem potencialmente para os consumidores todos os seus ganhos de produtividade.

Isso explica a secular redução dos preços agrícolas com relação aos preços industriais. Apenas potencialmente porque, por outro lado, a estrutura oligopolista enfrenta milhões de consumidores, o que lhe dá um enorme poder na formação dos preços.

Os ganhos de produtividade do setor agrícola são o resultado do desenvolvimento da seleção genética, dos transgênicos, das técnicas de cultivo e da eficiência dos fertilizantes, e não há menor sinal de que tais avanços vão arrefecer. Pelo contrário, em alguns setores, como o do etanol e do biodiesel, os avanços genéticos que aumentam a produtividade por área e os avanços dos processos químicos e biológicos para o aproveitamento de toda a biomassa na extração de combustível estão à vista.

É claro que o aparecimento de um novo "produto" tende a alterar todos os preços relativos. Isso aconteceu, por exemplo, quando o ex-presidente do Banco do Brasil Nestor Jost, em 1968, convenceu o governo de que o feijão-soja tinha futuro. É ridículo imaginar que, num mercado livre, a alteração dos preços relativos possa ser a causa da inflação (que exige preços crescendo).

Os ganhos de produtividade por área na agricultura e na pecuária vão liberar terra sobre a qual avançarão as novas culturas. Concretamente: o Brasil usa hoje 1/3 da terra que usava há 30 anos para produzir a mesma quantidade de álcool. Daqui a 30 anos, usará, provavelmente, menos de 1/9...

O único risco real que corre o projeto de Lula é a ameaça do seu próprio governo, se não se entender que há um claro conflito de interesse entre a Petrobras e os biocombustíveis. [contatodelfimnetto@uol.com.br](mailto:contatodelfimnetto@uol.com.br) - ANTONIO DELFIM NETTO escreve às quartas-feiras nesta coluna.

## **Feira é palco do lançamento da Semana Mundial da Alimentação** – Sítio Eletrônico do MDA - 03/10/2007

A IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária será a sede do lançamento da Semana Mundial da Alimentação 2007, na próxima sexta-feira (5), às 15h, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade (ExpoBrasília), na capital federal. Com o tema Direito à Alimentação, a semana ocorre de 15 a 19 de outubro e debaterá a garantia da oferta de alimentos com qualidade.

O lançamento do evento não poderia ocorrer em local mais adequado. Com 480 expositores de todo o País, a Feira expõe a importância da agricultura familiar brasileira na garantia do direito à alimentação. A produção dos agricultores familiares é responsável por mais 60% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e pela matéria-prima de muitas indústrias.

Participam do lançamento os ministros do Desenvolvimento Agrário (MDA), Guilherme Cassel, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias, o presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Chico Menezes, e o representante da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil, José Tubino.

**Políticas de apoio** - O crescimento estável e de qualidade da agricultura familiar, e conseqüentemente de qualidade da alimentação dos brasileiros, é garantido através de diversos programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). São três principais frentes de ação que buscam o desenvolvimento rural sustentável.

A desconcentração fundiária, promovida através do Programa Nacional de Reforma Agrária, viabiliza o acesso à terra, à alimentação e o incremento na produção familiar de alimentos. Só nos últimos quatro anos, foram mais de 381 mil famílias de trabalhadores rurais beneficiadas através do Programa Nacional de Reforma Agrária.

A política agrícola do MDA apóia os agricultores familiares através de linhas de crédito rural, infra-estrutura, assistência técnica, dentre outras ações. Nesta safra 2007/2008, o Governo Federal disponibilizou para os agricultores familiares, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), mais de R\$ 12 bilhões em crédito para custeio, investimento e comercialização.

Pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma das ações do Programa Fome Zero, se adquire produtos de agricultores familiares destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar, garantindo o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias.

**Alimentação de qualidade** - O direito à alimentação não se resume à garantia da oferta de alimentos. A qualidade da alimentação dos brasileiros, a ser discutida na Semana Mundial de Alimentação, também será abordada na Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Durante a realização da Feira, ocorrerá o I Terra Madre, encontro que reúne produtores familiares, chefs e acadêmicos com o objetivo mostrar, debater e promover a alimentação saudável, baseada na diversidade dos alimentos e dos sabores.

Os participantes do evento, ligados ao movimento Slow Food, buscam alternativas ao fast food, aos alimentos industrializados e aos problemas causados ao homem em decorrência do ritmo de vida acelerado e por uma alimentação inadequada.

#### **IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária**

Onde: Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade (ExpoBrasília), na capital federal

Quando: de 4 a 7 de outubro. Na quinta-feira, das 17h às 22h. Nos demais dias, das 10h às 22h - Entrada: gratuita

Mais informações: 0800 728 7000 ou [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)

#### **A inflação de alimentos – Edmard Amadeo – Valor Econômico – Opinião - 03/10/2007**

O preço da comida vem crescendo em todo o mundo. Esse é um fenômeno novo nesse vigoroso ciclo de crescimento da economia global, em que mais e mais pessoas passaram a se alimentar melhor e viver com mais saúde. Isso é verdade no Brasil, mas é verdade também em outros países populosos onde vivem muitas famílias pobres.

No Brasil, o preço dos alimentos cresceu 9,3% no último ano e essa inflação começa a corroer a renda das famílias, principalmente das mais pobres, cuja participação na renda dos alimentos é maior. De fato, os índices de inflação para as faixas de renda mais baixas têm sido maiores que os das faixas mais altas. Isso depois de um bom período de queda do preço dos alimentos, que ajudou a diminuir as estatísticas de pobreza e miséria no país.

<b>Consumo de carne</b>		
Kcal per capita por dia		
	<b>Brasil</b>	<b>China</b>
1995	347	302
2000	369	389
2005	404	452
<b>Variações (%)</b>		
2005/2000	9,6	16,3
2000/1995	6,3	28,7
2005/1995	16,5	49,7

Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) - Pesquisa mundial

A situação é mais grave na China: os alimentos cresceram 18,2%. Em um país onde a comida participa com um terço do orçamento das famílias, a compressão do poder de compra devido à alta dos alimentos é notável, pondo em risco a continuação do sucesso econômico dos últimos anos.

O gráfico mostra que a inflação de alimentos é maior nos países que mais se beneficiaram com o crescimento global dos últimos anos - predominam aqueles com menor renda per capita e onde o peso da comida no orçamento das famílias é maior. Então, onde está crescendo a renda dos pobres, o preço dos alimentos aumentou mais também.

O aumento do preço da comida é um golpe para a continuação do bem-sucedido movimento de redução da pobreza na esteira da globalização. Para se ter uma idéia do que

aconteceu com o consumo de alimentos, a tabela mostra a evolução da demanda de carne no Brasil e na China entre 1995 e 2005: aumentou 16,5% e 49,7%, respectivamente.

---

### **Aumento nos preços dos alimentos reduzirá a expansão da demanda porque os BCs tendem a aumentar juros para conter expansão da demanda**

---

O futuro da inflação da comida é incerto: será que continuará? E se continuar, quais as conseqüências? Talvez ajude começando pelas causas da alta.

Existem três causas básicas para a inflação dos alimentos. Primeiro, o crescimento da demanda nos países com grande contingente de famílias pobres, especialmente a China, cuja propensão a consumir alimentos quando cresce a renda é muito alta. Segundo, uma coincidência de fatores climáticos que tem reduzido a oferta de alimentos - o caso mais grave atualmente é a queda da produção de trigo na Austrália devido à seca. E, terceiro, o aumento da produção de biocombustíveis, sendo o caso mais importante o uso do milho nos EUA para produzir etanol. Tem-se então a demanda de alimentos subindo e a oferta caindo. O preço sobe.

Haverá formas de lidar com as restrições de oferta?

Sim, mas as barreiras políticas são relevantes e o prazo de solução será longo. Uma forma seria através da difusão da produção de alimentos de origem transgênica, que enfrenta forte oposição daqueles que vêem na sua ingestão um risco para a saúde. Outra seria a redução da proteção e subsídios dos produtores rurais na América do Norte, na Europa e na Ásia. A terceira são as medidas que reduzam o aquecimento global que supostamente tem produzido catástrofes climáticas.

Mas essas são medidas que tomam tempo para acontecer. Enquanto isso, o crescimento global e a redução da pobreza correm risco. Quais as conseqüências da inflação de alimentos? É difícil ser muito otimista. Essencialmente, se a oferta não aumenta, a demanda tem que cair para estancar os preços.

A inflação de alimentos é autodestrutiva na medida em que reduzirá a expansão da demanda através de dois canais. Primeiro, à medida que corrói a renda das famílias mais pobres, reduz a demanda de alimentos e demais bens. Segundo, se a inflação persistir, a fim de preservar a estabilidade de preços, os bancos centrais tomarão medidas para conter a expansão da demanda, aumentando as taxas de juros - como já está acontecendo na China e em outros países, como México e Chile, e o movimento tende a se pronunciar.

É claro que nenhum desses dois freios será necessário se o consumo nos EUA desacelerar a ponto de conter o crescimento das economias emergentes. Mas no caso da desaceleração americana se mostrar moderada, o mundo terá que lidar com a inflação de alimentos, até porque tudo indica que os fatores restritivos de oferta continuarão ativos por um bom tempo.

**Edward Amadeo é sócio da Gávea Investimentos. Escreve mensalmente às quartas-feiras. E-mail: eamadeo@terra.com.br**



**Alimentos perdem fôlego, e IGP-DI recua para 1,17%** - Folha de São Paulo – Brasil – 05/10/2007

DA FOLHA ONLINE, NO RIO - A inflação medida pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) se desacelerou em setembro. Segundo a FGV (Fundação Getúlio Vargas), o índice teve alta de 1,17%. Em agosto, foi 1,39%.

No ano, a alta acumula 4,44% e nos últimos 12 meses, 6,16%. Os preços pesquisados desaceleraram no atacado e no varejo.

O IPA (Índice de Preços por Atacado), que tem o maior peso do índice, aumentou 1,64%. No mês anterior, a taxa alcançou 1,96%. O índice relativo a bens finais se elevou em 0,45%. No mês anterior, a taxa foi de 0,49%. A principal contribuição para a desaceleração partiu do subgrupo alimentos processados, que passou de 3,39%, em agosto, para 1,33%.

O IPC (Índice de Preços ao Consumidor) cresceu 0,23%, abaixo dos 0,42% de agosto. A maior contribuição para a desaceleração veio do grupo alimentação (0,99% para 0,19%), com destaque para laticínios (5,38% para -1,35%), hortaliças e legumes (2,77% para -3,24%), panificados e biscoitos (1,37% para 0,21%) e carnes bovinas (2,93% para 1,64%).

O INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) subiu, em setembro, 0,51%, acima do resultado do mês anterior, de 0,26%. No estágio das matérias-primas brutas, a taxa de variação recuou de 6,31%, em agosto, para 5,36%, em setembro.

**Semana Mundial da Alimentação 2007 será lançada nesta sexta-feira, em Brasília** – Sítio Eletrônico do MDS – 05/10/2007

A IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária será palco do lançamento da Semana Mundial da Alimentação 2007, nesta sexta-feira (5), às 15 horas, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade (ExpoBrasília). Com o tema "O Direito à Alimentação", a semana ocorrerá de 15 a 19 de outubro.

Participam o secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Onaur Ruano, o secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Adoniran Sanches Peraci, o presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Chico Menezes, e o representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil, José Tubino.

O Brasil é considerado, por organismos internacionais e por outros países, referência no combate à fome e à pobreza. Uma das razões deste reconhecimento é o fato de o País ter reduzido pela metade a proporção da população que vive em extrema pobreza, oito anos antes do prazo estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

**Dia Mundial da Alimentação** – Comemorada há 27 anos, a data lembra o surgimento da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em 16 de outubro de 1945. Para 2007, o tema proposto pela FAO é "O Direito à Alimentação", como algo universal, inerente a todos os homens e mulheres do mundo. Segundo a FAO, "a escolha do tema demonstra o crescente reconhecimento da comunidade internacional à erradicação da fome e da pobreza no mundo e à intensificação do desenvolvimento sustentável".

#### **Serviço**

Lançamento da Semana Mundial da Alimentação 2007

**Data:** 5 de outubro

**Hora:** 15 horas

**Local:** IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade - ExpoBrasília)

#### **Agricultura e inflação** - Hélio Tollini – Valor Econômico – Opinião - 05/10/2007

Tem-se falado muito ultimamente no aumento dos preços de produtos da agricultura. O consumidor preocupa-se com esses aumentos e as autoridades responsáveis pela estabilização da economia também. Para avaliar os efeitos da agricultura na economia, porém, é necessário examinar um período de tempo maior, e não apenas as últimas semanas. A figura 1 mostra o que aconteceu com a produção de cinco produtos agrícolas importantes na formação do custo da cesta básica e na composição dos índices de preços durante as três últimas décadas.

A linha de baixo mostra a evolução da área colhida no país. Aumentou muito pouco nesse período. As duas linhas superiores representam a produção e a produtividade. O gráfico mostra que a agricultura brasileira cresceu via ganhos de produtividade

O efeito dos ganhos de produtividade é representado na figura 2, que mostra a evolução do custo de alimentos básicos para a população da cidade de São Paulo. Apesar do enorme crescimento da população da cidade nesse quase meio século e do aumento da renda pessoal, os preços dos alimentos básicos decresceram continuamente desde meados da década dos setenta.

Seria altíssimo o custo dos alimentos básicos hoje caso a produtividade permanecesse nos níveis dos anos setenta. Ganhou o consumidor e a economia como um todo, pois isso significou menor custo de alimentação e menor pressão inflacionária. Há mais de trinta anos que a agricultura contribui para a redução da inflação. A inflação devida a alimentos é a mais socialmente danosa, pois prejudica principalmente o consumidor de baixa renda.

---

#### **Mercado é globalizado e nele a demanda aquecida decorre do aumento da exportação e da redução da oferta de importados**

---

A preocupação atual com os preços dos alimentos esquece a contribuição da agricultura e do agronegócio para a redução dos preços ao longo de todas essas décadas. E a agricultura deu essa enorme contribuição aos consumidores e à estabilização da economia, ao mesmo tempo que gerava crescentes saldos na balança comercial. Nos

últimos anos, a agricultura foi responsável por quase o total do saldo comercial brasileiro. A figura 3 mostra essa outra contribuição da agricultura.

O produtor agrícola de produtos básicos não teve seus preços elevados de forma significativa. No caso do feijão, alimento básico, os preços recebidos pelos agricultores são declinantes, como mostra a figura 4. Dessa forma, boa parte dos ganhos de produtividade alcançados pelos produtores foram repassados para os consumidores, como esperado em mercados de demanda inelástica.

A partir dos anos 70 a agricultura se modernizou e tornou-se muito mais produtiva, como visto na figura 1. Isso possibilitou a diminuição nos preços de alimentos básicos como arroz, feijão, milho, soja e trigo, como visto na figura 2. Possibilitou também a geração líquida de divisas pela expansão do saldo comercial da agricultura e agronegócio, como mostra a figura 3. Apesar disso, os produtores não receberam ganhos exagerados. Um exemplo é o de produtores de feijão. A figura 4 mostra a evolução do preço recebido por produtores de feijão nas últimas décadas. Há sensível queda de preços. Vários fatores interferem nesse quadro, mas ganho de produtividade é o mais importante deles.

Em conclusão, aumentos de preços de produtos agrícolas ocorre neste momento em que a demanda está aquecida por aumento de compras de países importadores e redução de oferta de países exportadores. Este é um mercado globalizado. Os produtos agrícolas de modo geral são bens exportáveis. O que é certo é que a agricultura responde rapidamente a esses incentivos de preços, a menos que autoridades competentes facilitem importações, promovendo a produção em países concorrentes e desestimulando a produção interna, uma volta ao passado.

Aumento de preços de alguns produtos nem sempre configura um processo inflacionário. Importar desnecessariamente pode criar condições para tal processo. A agricultura brasileira não precisa nem quer subsídios ou proteção exagerada. Sem essas condições, ela foi capaz de ajudar em muito o Brasil, como mostram as quatro figuras acima. **Hélio Tollini é Ph.D. em Economia.**

**Para BC, pressões vão além dos alimentos** - Gustavo Freire – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/10/2007

Um documento divulgado ontem pelo Banco Central em sua página na internet mostra novos sinais de preocupação com o aumento da inflação. “O comportamento dos preços nos últimos meses e o ritmo de crescimento da demanda interna sinalizam que a recente alta da inflação, inicialmente centrada em certos produtos alimentícios, já apresenta alguns sinais de elevações mais generalizadas”, afirma o texto.

O documento, que traz a programação monetária do quarto trimestre, foi aprovado na última reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN). O BC alerta que a mudança de preços deve ser observada com “cautela” pela política de juros definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) “para que seus efeitos pontuais sejam progressivamente dissipados, sem que haja disseminação sobre os demais preços da economia, haja vista o acentuado dinamismo do mercado interno”.

O BC já havia feito um alerta sobre a possibilidade do forte crescimento da demanda resultar em alta da inflação na ata da última reunião do Copom. E voltou a manifestar o mesmo temor no último relatório trimestral de inflação, divulgado no mês passado. Os alertas foram entendidos pelos analistas do mercado como um recado de que o processo de redução gradual da taxa de juros, a Selic, deverá ser interrompido na próxima reunião do Copom, nos dias 16 e 17 deste mês.

O documento divulgado ontem afirma que as expectativas para os próximos meses são de “relativa acomodação” no ritmo de crescimento do consumo, por causa da alta menos acentuada da renda, provocada pelos aumentos recentes dos preços dos alimentos, e de eventuais reflexos da crise financeira internacional sobre a confiança do consumidor. “Esse movimento, entretanto, não deverá exercer impacto relevante sobre o dinamismo da demanda interna, que deverá seguir sustentando a continuidade do crescimento da economia”, ressalta o texto.

O crescimento das operações de crédito, segundo o BC, evidencia a continuidade da expansão da demanda interna. O documento ressalta, ao mesmo tempo, que o aumento da volatilidade dos mercados e a inadimplência não afetaram os empréstimos bancários de “forma especialmente relevante”. Considera ainda que a elevação dos custos de financiamento provocados pela instabilidade poderá resultar em contenção dos investimentos, que têm crescido de maneira favorável.

#### **Etanol eleva preço de grãos, diz FAO - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/10/2007**

Relatório da entidade afirma que inflação tem provocado tensões sociais e violência nos países mais pobres

A alta nos preços de grãos, principalmente o trigo, está provocando tensões sociais e até violência nos países mais pobres. O alerta é da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), que aponta o etanol como um dos responsáveis pela inflação. Em relatório publicado ontem, a entidade destaca que o trigo atingiu em setembro preços recordes. Para os países importadores de alimentos, a conta com a compra de produtos agrícolas já aumentou 14% neste ano em relação a 2006. No total, os países em desenvolvimento vão gastar o valor recorde de US\$ 52 bilhões na importação de cereais neste ano.

A alta no trigo estaria sendo provocada por uma maior demanda mundial, baixos níveis de estoques e oferta e produção mais reduzidas. Aliado ao custo do transporte diante do aumento dos preços do petróleo, a consequência é uma inflação no preço do pão em muitos países.

A FAO adverte que a previsão é de que os estoques de cereais continuem baixos nos próximos anos. “Essa é uma situação preocupante”, afirmou Paul Racionzer, do sistema de alerta da FAO. O estoques estariam nos níveis mais baixos nos últimos 25 anos, chegando a 143 milhões de toneladas.

Uma das explicações é a safra decepcionante na Europa. A produção foi a pior desde 2003. Romênia e Bulgária, tradicionais produtores, tiveram uma redução na safra de trigo de 35% e 45%. Para tentar frear a inflação, os europeus liberaram a importação de trigo.

Nos países andinos, os altos preços do trigo estão provocando inflação do valor do pão. Vários governos já estão autorizando medidas para tentar controlar o preço. Na Bolívia, o exército está operando fábricas para produzir pão. No Peru, o preço do trigo aumentou em 50% desde o início do ano. Na Ásia e no Oriente Médio, a FAO lembra que protestos e manifestações violentas ocorreram após o aumento dos preços. A situação, porém, poderá piorar nos próximos meses.

A FAO não deixa de apontar o etanol como parte responsável pela alta nos preços dos alimentos. Segundo a entidade, o consumo de cereais no mundo aumentará em 2%, atingindo 2,1 bilhões de toneladas. O etanol seria responsável por 75% desse crescimento. Só o uso industrial desses cereais deve aumentar 9% entre 2006 e 2007, em grande parte para ser transformado em etanol. Já a alta no consumo de alimentos deve ser de 1% e uma inflação nos preços deve até provocar uma queda no consumo em alguns países.

### **Biofach vai exhibir produtos orgânicos do PAA – Sítio Eletrônico da Conab – 10/10/2007**

A Conab é um dos 83 expositores da Biofach, feira de produtos orgânicos que ocorre entre os dias 16 e 18 de outubro, na Transamérica Expo Center, em São Paulo. Essa é a quinta edição do evento, considerado o maior da América Latina. A mostra exhibirá neste ano o mercado interno de alimentos e cosméticos naturais. Paralelamente estará ocorrendo a Expo Sustentável, Feira Internacional de Bens e Serviços Sustentáveis.

A Companhia vai divulgar o trabalho realizado nesta área e fortalecer os contatos com os parceiros e clientes. No estande, técnicos estarão informando sobre os produtos orgânicos cultivados e comercializados por pequenos agricultores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O visitante vai poder degustar produtos desse segmento, como mel, castanha-do-Brasil, baru, geléias e banana-passa. A estatal vai lançar na Biofach uma cartilha sobre o trabalho.

Comida e comunicação vão ganhar novo destaque entre os direitos constitucionais, se for aprovada a proposta de emenda 64/2007, apresentada pelo deputado petista Nazareno Fonteles, do Piauí. O texto passou no dia 2 pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Quase ninguém o teria notado, se o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), um órgão ligado à Presidência da República, não houvesse distribuído um comunicado sobre o assunto. O próprio Consea não é muito conhecido, mas vale a pena receber seu material. É um bom meio, às vezes o único, de ser informado sobre discussões a respeito de 'soberania e segurança alimentar e nutricional em âmbito internacional', um dos temas considerados em conferência realizada em Fortaleza, em julho. Se a proposta for aprovada, quais serão as conseqüências de mais esse acréscimo à Constituição brasileira, uma das mais extensas, mais detalhistas e mais emendadas? O direito à alimentação, não só para o trabalhador, mas para sua família, já está incluído na descrição do salário mínimo, no inciso IV do artigo 7º. O direito ao salário-família é mencionado no inciso XII. O seguro desemprego é citado no inciso II. O artigo 6º consagra como direitos sociais 'a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância' e também a 'assistência aos desamparados'. É necessário algo mais? Se texto constitucional fosse garantia de segurança econômica, ordem pública e bem-estar, os problemas do Haiti seriam resolvidos facilmente. Bastaria traduzir para o francês a Constituição brasileira e adaptá-la a algumas particularidades locais. Para fornecer o apoio mínimo às populações mais pobres nenhum governo precisa de uma determinação constitucional. As experiências com o Bolsa-Escola no período tucano e com o Bolsa-Família no governo petista são exemplos de intervenções desse tipo. Há algo parecido no México e uma iniciativa de inspiração semelhante foi anunciada recentemente em Nova York. No mundo rico, redes de segurança têm sido usadas há muito tempo. Todas essas políticas têm uma limitação comum: só dão certo quando seu uso é provisório e quando os beneficiários conquistam as condições para viver por sua conta. No caso dos muito pobres, como ocorre no Brasil, duas condições são indispensáveis: a criação de oportunidades de emprego, por meio do crescimento econômico, e a capacitação das pessoas para uma atividade produtiva. A primeira condição está sendo cumprida. A economia cresce e poderá continuar em expansão, se a atividade empresarial tiver um pouco mais de espaço e a não surgirem gargalos importantes nos próximos anos. Quanto à segunda condição, as notícias são menos animadoras. Noutros tempos, a construção civil foi uma boa fonte de empregos para trabalhadores de baixa qualificação. Hoje, até os empresários do setor se queixam da falta de pessoal capacitado para tarefas simples. No setor manufatureiro a situação é mais preocupante. Cerca de dois terços das empresas consultadas em recente pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mencionaram o despreparo dos trabalhadores como um obstáculo importante. Até o treinamento na empresa é realizado com dificuldade, porque a educação fundamental dos novos empregados é muito deficiente. O dado é preocupante, mas não surpreendente, quando se leva em conta a incidência do analfabetismo funcional. As falhas do ensino são observáveis em todo o País. A situação é certamente pior nas áreas menos desenvolvidas, mas também é assustadora nos Estados mais industrializados. Em São Paulo, segundo outra pesquisa, 43% dos alunos do terceiro ano do segundo grau (antigo curso colegial) têm os conhecimentos de leitura e de escrita

esperados de estudantes da oitava série do fundamental. E essa avaliação, pode-se apostar, ainda é otimista. Já não se espera de um estudante de oitava série o mesmo preparo de um aluno de outros tempos, quando o diploma de um ginásio público valia como recomendação. Não há, no Brasil, nenhum problema de oferta de alimentos e até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva parece haver abandonado os velhos equívocos sobre o assunto. É preciso entender o direito à alimentação como direito ao preparo para a vida produtiva. A garantia da mera sobrevivência não pode ser mais que uma solução provisória. Quanto ao direito à comunicação, qual o seu sentido concreto para os grupos incapazes de ganhar a própria subsistência? Está-se defendendo um direito para essas pessoas ou para quem pretende falar em seu nome? - **\*Rolf Kuntz é jornalista**

### **Índices apontam que pressão de alimentos continua** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/10/2007

DA FOLHA ON LINE - A pressão dos preços dos alimentos abaixou, mas continua impactando os índices de inflação. O IPC (Índice de Preços ao Consumidor) da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP) teve alta de 0,26% nos 30 dias encerrados em 7 de setembro, a primeira quadrissemana. No mês passado, o índice fechou em 0,24%.

O IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) da FGV (Fundação Getúlio Vargas) teve alta de 0,84% na primeira prévia de outubro, contra 0,80% em setembro. Foi a maior alta para essa estimativa desde fevereiro de 2003, quando o índice ficou em 0,89%. No IGP, os produtos agropecuários subiram 3,65%, influenciando o índice geral.

No IPC, os preços da habitação subiram 0,32%, 0,1 ponto percentual acima do registrado no fim de setembro.

### **Novas pesquisas confirmam queda na pobreza e mais acesso à alimentação** – Sítio Eletrônico do MDS – 15/10/2007

Às vésperas do Dia Mundial da Alimentação - 16 de outubro - novas pesquisas confirmam a significativa redução da pobreza e a eficácia das ações de combate à fome no Brasil. É o que registram dois estudos divulgados na semana passada pelos institutos de Desenvolvimento Social Humano Sustentável (IDHS) e de Pesquisas sobre Políticas Alimentares (IFPRI).

O relatório do IDHS afirma que a diminuição da pobreza e da indigência foi muito mais rápida no período 2001/2005 do que de 1991/2000. De acordo com o estudo, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE), a queda maior na fase recente é explicada “pela forte redução da desigualdade e pelo crescimento da renda dos mais pobres.

Nos primeiros cinco anos desta década, o percentual de pobres (renda de até meio salário mínimo) caiu de 28,7% para 20,8%, enquanto o índice de indigente (até um quarto de salário mínimo) baixou de 12,4% para 7,6%. Os dados confirmam levantamentos já feitos por outras instituições como a Fundação Getúlio Vargas, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets). “O crescimento da renda teve um caráter pró-pobre, ou seja, a renda dos mais pobres cresceu mais rapidamente que a renda média”, relata do documento da IDHS.

Já o trabalho do IFPRI mostra que o Brasil avançou no combate à fome. Em apenas um ano, o País subiu quatro posições (passou de 28º para 24º) no ranking que envolve 118 nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento. De 2003 a 2004, o indicador da fome caiu de 5,43 para 4,60 em apenas um ano. O índice era de 8,33, em 1990, e 10,43, em 1981.

O estudo leva em conta fatores como a mortalidade e desnutrição infantil e o número de pessoas com deficiência alimentar. “Os resultados colocam o Brasil como um país com bom desempenho no combate à fome e a caminho de fazer sua parte no cumprimento das Metas do Milênio, da Organização das Nações Unidas (ONU), que, entre outros objetivos, prevê que o mundo chegue a 2015 com um nível de fome equivalente à metade do registrado em 1990.”

### **Gestores gaúchos se reúnem para debater integração de Restaurantes Populares – Sítio Eletrônico do MDS – 15/10/2007**

Aproximar pessoas, encontrar parcerias e definir formas de integração entre gestores são os principais eixos que vão nortear o I Encontro Estadual de Restaurantes Populares, que acontece na sexta-feira (19/10), em Porto Alegre (RS). Promovido em parceria pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e Curso de Formação de Gestores de Restaurantes Populares da Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Faurgs), com o Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul, o evento reúne cerca de cem participantes, entre eles representantes dos restaurantes de Cachoeirinha, Caxias do Sul, Pelotas, Uruguaiana, Santa Maria e Porto Alegre, construídos com recursos do governo federal. Dos seis, os três últimos já estão em funcionamento.

Representando o MDS, participa o coordenador do Programa de Restaurantes Populares, Antônio Leopoldo Nogueira Neto, palestrante do primeiro painel da programação, cujo tema será *Os restaurantes populares dentro da política de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada (DHAA) no Rio Grande do Sul*. Além dele, estará presente o secretário estadual de Justiça e Desenvolvimento Social, Fernando Schuller.

“Trata-se de um evento importante por ser um momento de troca de experiências entre os gestores do programa do MDS e de outras iniciativas desenvolvidas no Estado”, diz Leopoldo. “Vamos discutir estratégias para aprimorar o processo de gestão, com a ampliação das atividades voltadas ao público beneficiário, ações intersetoriais e articuladas,



principalmente como o setor de saúde, educação e assistência social, desenvolvidas dentro dos restaurantes”.

Para o coordenador, além do acesso à alimentação saudável a preços acessíveis, hoje existe a necessidade de acompanhar efetivamente a evolução do perfil nutricional dos usuários. “Assim será possível atender melhor a população em situação de vulnerabilidade social e risco alimentar e nutricional”, completa.

Além da apresentação dos painéis, está prevista a visita ao Restaurante Popular de Porto Alegre, reformado e equipado com o apoio financeiro do MDS. Funcionando desde maio de 2006, a unidade tem capacidade para fornecer mil refeições/dia e para isso recebeu R\$ 750 mil do governo federal e uma contrapartida da Prefeitura de R\$ 192.500,00, aplicados na adaptação do espaço físico. Este foi o primeiro restaurante popular da capital gaúcha.

Haverá ainda a exposição *Tipos de Gestão de Restaurantes Populares e equipamentos integrados à política de Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada*, apresentada pelo coordenador do curso de formação de gestores da Faurgs, Edni Oscar Schroeder.

**Aos interessados em participar ainda é possível fazer inscrições pelo fone (51) 3288-6687 ou pelo e-mail [faurgs@terra.com.br](mailto:faurgs@terra.com.br)**

#### **SERVICO**

***I Encontro Estadual de Restaurantes Populares – Participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)***

**Data:** 19 de outubro

**Horário:** Abertura às 9h

**Local:** Auditório da Secretaria Estadual de Justiça e Desenvolvimento Social

Rua Miguel Teixeira, 86 – ao lado da Igreja Pão dos Pobres - Cidade Baixa – Porto Alegre (RS)

**Começa hoje a Semana Mundial da Alimentação – Sítio Eletrônico do MDS – 15/10/2007**

Nesta terça-feira (16/10), 190 países se voltarão para um tema que interessa a todo o planeta: o combate à fome e o acesso a uma alimentação adequada. Se em outras nações comemora-se o Dia Mundial da Alimentação, no Brasil a data ganhou tanta importância que foi transformada em semana. Desta segunda (15) até a próxima sexta-feira (19), várias cidades brasileiras serão palco de palestras, encontros, seminários e homenagens. (Confira a programação completa no endereço [www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br)).

O tema escolhido para a edição deste ano foi *O Direito à Alimentação*. “O Brasil tem sido um defensor, desde o primeiro momento, e um promotor internacional do tema. Baseamos a nossa legislação e os nossos programas no conceito do direito à alimentação”, observou o coordenador de Ações Gerais do Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores, Milton Rondó.

De acordo com o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, FAO, Jacques Diouf, o assunto reflete a crescente tomada de consciência internacional do papel determinante que os direitos humanos desempenham na erradicação da fome e da pobreza. Mas, ele emenda que ainda há muito a ser feito: o primeiro passo é

não aliar o acesso à alimentação a ações de caridade, mas a um direito. “Assegurar que todos os seres humanos disponham de um suprimento de alimentos adequado e estável é mais que uma obrigação moral e um investimento com retornos econômicos potencialmente altos: é a realização de um direito humano fundamental, e o mundo tem os meios para torná-lo realidade”, frisou Diouf, na mensagem que escreveu sobre a Semana.

Assessor especial da Presidência da República e coordenador do projeto Talher Nacional, Selvino Heck, destaca que a importância da Semana se baseia em um tripé de ações: chamar atenção para a alimentação como direito básico; alertar para a necessidade urgente de uma distribuição justa de renda; e conscientizar a sociedade e as organizações públicas e privadas para que se cumpram os Objetivos do Milênio - entre eles, que ninguém passe fome e que haja uma distribuição equitativa de comida. “Cada vez mais a sociedade brasileira se conscientiza de que o direito humano à alimentação precisa ser discutido e assumido por todos. Assim, cresce o número de eventos diversificados que se espalham por todo o Brasil, o que é muito bom”, comemorou.

Embora haja avanços, o Brasil e o mundo ainda não venceram a fome e a miséria. Representante da FAO na América Latina, José Graziano da Silva afirma que ainda existe um longo caminho para que o acesso adequado à alimentação se torne uma realidade.

Segundo Graziano, para se cumprir o compromisso assumido na Cúpula Mundial de Alimentação, em 1996, de reduzir à fome a metade até 2015, seria preciso que 412 milhões de pessoas não tivessem acesso à comida. Porém, se mantido o ritmo atual de erradicação do problema, 582 milhões de pessoas continuarão a não ter este direito básico assegurado. “Estou convencido de que para combater a fome precisamos desenvolver ações de curto e longo prazo. Quem tem fome, tem pressa, já dizia o Betinho”, citou.

Selvino Heck destaca os três principais desafios ligados à questão. O primeiro deles é garantir comida a todos os brasileiros e brasileiras. O segundo é assegurar trabalho e renda, para que todos os cidadãos possam se sustentar e não depender de políticas governamentais. “E o terceiro, tão importante quanto, é saciar a sede de beleza, cidadania, direitos e participação democrática a todos”, refletiu.

E uma das apostas de todos os que lutam pelo acesso à comida é congregar esforços para obter melhores resultados. Na luta contra a fome, parceria é a palavra-chave. “Nenhum governo sozinho resolve todos os problemas, assim como a sociedade também não é capaz, sem a parceria do poder público, de garantir dignidade e justiça social”, defende Heck. “Se há pessoas que não conseguem satisfazer, sozinhas, as próprias necessidades, elas precisam ser ajudadas”, emenda Graziano.

Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Consea, Chico Menezes reforça a importância de datas comemorativas, como a realização da Semana. “É um momento importante para que os governos reafirmem o compromisso com o combate à fome” salientou.

Em todo o mundo, o Dia Mundial da Alimentação é celebrado com vigílias, cerimônias culturais, acadêmicas e oficiais. (A lista completa com os eventos programados no Brasil está disponível na página [www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br)). Para este ano, o principal ato programado para a América Latina e países do Caribe será a entrega das Diretrizes Voluntárias para assegurar a realização progressiva do direito à alimentação ao presidente do Congresso Nacional de cada país. As diretrizes, criadas em 2004, reúnem um conjunto de recomendações para os governos e a sociedade civil, e servem como ponte entre o reconhecimento do direito e o acesso efetivo à alimentação adequada.

**Informações para a imprensa - Mariana Moreira - (61) 3433-1057 - ASCOM / MDS**

## **Secretário Onaur Ruano, do MDS, participa da abertura da Semana Mundial da Alimentação em Santo André (SP) – Sítio do MDS – 15/10/2007**

Onaur Ruano, secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan)

O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Onaur Ruano, participa nesta terça-feira (16/10), da abertura da 3ª edição da Semana Mundial da Alimentação em Santo André, interior de São Paulo. O evento contará também com as presenças do presidente do Consea, Chico Menezes, do prefeito de Santo André, João Avamileno, entre outros.

Para o secretário Onaur Ruano o momento é de reflexão sobre a importância que o tema direito à alimentação assumiu na vida da população brasileira, que, desde setembro de 2006, tem o respaldo legal da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan). “O direito que hoje essa lei garante deverá ser incorporado também à Constituição Federal, que em seu artigo 6º ainda não o deixa explícito”, comenta ele, lembrando a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), em tramitação no Congresso Nacional, que prevê a alteração do texto com a citação do direito humano à alimentação como um direito fundamental de todos os cidadãos brasileiros.

“Se em todos os demais países comemoram apenas o Dia Mundial da Alimentação, por que o Brasil comemora uma semana inteira? Pela importância que damos ao assunto”, disse. Durante o período, Ruano lembra que o País estará mobilizado e debatendo a questão, daí a opção pela comemoração mais longa do que apenas um dia.

**Ações em Santo André** - O programa de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Santo André reúne uma série de ações voltadas ao combate à fome, à miséria e à desnutrição infantil. As hortas comunitárias funcionam desde 2005. Atualmente cerca de 50 pessoas trabalham nas hortas localizadas nos bairros de Pintassilgo, Marajoara, Capuava e Jardim do Estádio. Um dos objetivos do programa é permitir que famílias possam criar cooperativas para comercializar os produtos orgânicos. As duas cozinhas comunitárias em funcionamento no município, localizadas nos bairros Vila Metalúrgica e João Ramalho, atendem diariamente 150 crianças e mães integrantes do Projeto Sementinha.

Segundo o secretário de Segurança Alimentar e Nutricional de Santo André, José Raulino Lima, o evento é de extrema importância para a cidade, que executa diversos programas voltados para a área de segurança alimentar e nutricional. “Entendemos que todos têm direito a uma alimentação saudável, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente”, disse.

O município realiza a compra direta de hortifrutigranjeiros da Agricultura Familiar, formada por 120 famílias. As doações feitas pelo Banco de Alimentos são repassadas para 130 entidades cadastradas. “Cerca de 33 mil pessoas são beneficiadas pelos programas de Segurança Alimentar e Nutricional em Santo André”, informa.

### **SERVICO**

***3ª Semana Mundial da Alimentação de Santo André – Participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)***

**Data:** 16 de outubro (terça-feira)

**Horário:** 18h

**Local:** Anfiteatro Helena Guarida - Praça Quarto Centenário, Centro - Santo André(SP)

**Informações para a imprensa**

*Júnia Almeida*

*(61) 3433-1052*

*ASCOM/MDS*

**Comer é um direito** – José Graziano da Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 16/10/2007

HOJE, DIA 16 de outubro, comemora-se o Dia Mundial da Alimentação. Nesta data, em 1945, a FAO foi criada para ajudar a reconstruir um mundo devastado pela guerra. O preâmbulo da sua Constituição converge para assegurar um mundo sem fome. Exatos 62 anos depois, ainda lutamos por isso.

O tema do Dia Mundial da Alimentação deste ano é o direito à alimentação. Direito ainda hoje ausente da vida de 850 milhões de pessoas em todo o mundo, segundo dados da FAO.

Na América Latina e no Caribe, o total de desnutridos caiu de 59,4 milhões, entre 1990 e 1992, para 52 milhões, entre 2002 e 2004 -de 13% a 10% da população. No Brasil, a queda foi de 18,5 milhões para 13,1 milhões, de 12% a 7%. Mas, olhando os números da produção alimentar na região, não haveria por que alguém passar fome no continente. Apenas o Haiti produz um pouco menos do que precisa para suprir as próprias necessidades energéticas. Na média, América Latina e Caribe produzem 30% a mais; no Brasil, o excedente é de 41%.

O Brasil tem avançado nos últimos anos para garantir a segurança alimentar da população. Em 2003, com o compromisso do presidente Lula, a fome entrou na agenda pública e, pela primeira vez, combatê-la se tornou prioridade do Estado brasileiro. Com isso, a solução para o problema da fome deixou de ser vista pela ótica exclusiva do assistencialismo. Comer passou a ser reconhecido como um direito. Reconhecimento que se tornou lei em 2006, com a aprovação da Losan (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional).

Antes da Losan, o compromisso de combater a fome era só isso: um compromisso do governo de turno. Poderia ser ou não mantido pelos sucessores. Agora, não. O direito à alimentação é lei e, em última instância, o Estado tem o dever de garantir a segurança alimentar de todos os cidadãos.

O direito à alimentação já estava previsto na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), mas os números da fome no mundo mostram que ele ainda está longe de ser realidade. Na América Latina e no Caribe, além do Brasil, só outros três países têm leis que reconhecem esse direito: Argentina, Guatemala e Equador.

O desafio é transformar o direito em realidade. No Brasil, o Fome Zero contribui de diversas formas. O Bolsa Família, por exemplo, complementa a renda de mais de 11 milhões de famílias, permitindo a elas comprar mais alimentos e estimulando a demanda dos mercados locais.

As condicionalidades exigidas em educação e saúde para a entrega do benefício buscam ajudar as famílias a superar a fome e a pobreza no longo prazo: bem alimentadas, saudáveis e com mais anos de estudo, as crianças têm mais chances de romper o ciclo da pobreza e da exclusão social. Do lado da oferta, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) oferece hoje crédito fácil e barato a mais de dois milhões de pequenos produtores em todo o país.

O sociólogo Betinho já dizia: "Quem tem fome tem pressa". É preciso dar de comer agora, mas criando as condições para que as pessoas possam satisfazer sozinhas as próprias necessidades no futuro. Por isso, a importância de englobar também ações de geração de renda.

A fome é uma das faces da desigualdade em nossa região e em nosso país. E é também uma de suas principais causas. Garantir o direito à alimentação é um primeiro passo para a inclusão social e uma sociedade mais equitativa e coesa.

Combater a fome traz ainda benefícios econômicos. Estudo da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e do Programa Mundial de Alimentos revela que, em 2004, o custo de conviver com a fome na América Central e República Dominicana foi de US\$ 6,7 bilhões, cerca de 6% do PIB. O estudo indica que, se a fome fosse erradicada até 2015, haveria economia de quase US\$ 2,3 bilhões. Ou seja, erradicar a fome é mais barato que conviver com ela.

As condições estão dadas para que isso aconteça no Brasil e em toda a região. A FAO acredita nisso e trabalha com os governos regionais por meio da Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome para alcançar tal objetivo. Há produção alimentar suficiente e crescimento econômico sustentado.

Há um entendimento cada vez maior de que combater a fome é tarefa central de um projeto de desenvolvimento para que o século 21 não seja apenas a repetição ampliada das cicatrizes do passado. Sobretudo cresce a consciência de que, enquanto houver fome, não haverá segurança nem democracia efetiva -para quem come e para quem não come.

JOSÉ GRAZIANO DA SILVA , 57, professor licenciado de economia agrícola da Unicamp, é representante regional da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) para América Latina e Caribe. Foi ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome (2003-04).

## **Dia Mundial da Alimentação Alerta para a Fome no Mundo – Sítio Eletrônico do MAPA – 16/10/2007**

**Brasília (16.10.07)** — Hoje, 16 de outubro, é o Dia Mundial da Alimentação. A data é celebrada todos os anos para comemorar a criação, em 1945, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). O objetivo do Dia Mundial da Alimentação é conscientizar a humanidade sobre a difícil situação que enfrentam as pessoas que sofrem fome e desnutrição, e promover em todo o mundo a participação da população na luta pela erradicação da fome.

A cada ano, um assunto é focalizado. Em 2007, o tema proposto é [O Direito à Alimentação](#). O tema geral foi definido pela FAO, como algo universal, inerente a todos os homens e mulheres do mundo. Para a Instituição, “a escolha do tema demonstra o crescente reconhecimento da comunidade internacional sobre a necessidade de erradicação da fome e da pobreza no mundo e da intensificação do desenvolvimento sustentável”.

Este é um momento em que o planeta volta suas atenções para a fome e a insegurança alimentar que afetam 800 milhões de pessoas. Todos os anos, mais de 150 países celebram este evento. No Brasil, a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) como forma de assegurar o direito humano à alimentação adequada para toda população brasileira.

## **PAA apóia produção da castanha do brasil no Acre – Sítio Eletrônico do MDA – 16/10/2007**

Este ano, a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre) produzirá 300 toneladas de castanha beneficiada. Essa associação receberá R\$ 920 mil do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Formação de Estoques, para compra da castanha do brasil in natura.

A proposta de repasse do PAA para a Cooperacre foi assinada pelo presidente da associação, Manuel José da Silva, durante a IV Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária. O evento, que reuniu cerca de 480 expositores da agricultura familiar, aconteceu em Brasília no início deste mês.

**Melhor renda familiar** - Mil famílias agroextrativistas integram a Cooperacre, que é constituída por 20 associações e cooperativas acrenas. Essas associações recebem apoio do PAA (leia abaixo) para a compra da castanha do brasil, garantindo preço de mercado e, conseqüentemente, mais renda para os castanheiros da região.

“O extrativista sempre trabalhou para conquistar a floresta sem ameaçá-la”, relata o presidente da Cooperacre. No entanto, “na hora de tirar lucro dessa atividade, vinha sempre alguém de fora e levava tudo”, afirmou o castanheiro, um senhor de mais de 80 anos.

Silva contou que em 2004, com o acesso aos recursos do PAA, a situação começou a mudar. Segundo ele, a partir desta data, a Cooperacre passou a adquirir o produto dos associados e, até, de outros castanheiros, com preço equivalente ao praticado no mercado.

Em 2006, a Cooperacre passou a beneficiar a castanha, com apoio do PAA. Com isso, foi possível agregar mais valor ao produto, que passou a ser vendido a R\$ 11 a “lata” de 10 quilos. Em 2001, esse valor era de R\$ 7. Somados, os recursos repassados para essa cooperativa, por meio do PAA, desde de 2004, chegam a cerca de R\$ 4 milhões.

Para o secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Adoniram Peraci, o PAA é uma ação importante que envolve vários atores sociais, inclusive os agricultores familiares. Peraci explica que, a partir da implantação do programa, os produtores têm se organizado e aperfeiçoado seus artigos para disputarem mercado com a mesma qualidade das grandes indústrias. “Hoje, apresentamos um novo padrão de alimentos ao país, os produtos da agricultura familiar, que reúnem qualidade e sustentabilidade”, comemora Peraci.

**PAA** - O PAA é uma ação conjunta entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Esse programa possibilita a aquisição de alimentos de agricultores familiares. Os gêneros alimentícios são destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; atendidas por programas sociais locais ou a estoques estratégicos do governo.

Desde 2006, o PAA passou a contar com recursos destinados pelo MDA, por meio da SAF. O foco da ação da SAF/MDA está na formação de estoques governamentais, na sustentação de preços dos produtos da agricultura familiar, além do apoio à formação de estoques de produtos pelas próprias organizações de agricultores familiares e apoio à comercialização.

**“O Direito à Alimentação”** - Jacques Diouf, diretor-geral da FAO – Sítio Eletrônico do MDS – 16/10/2007

Como tantas vezes afirmamos, nosso planeta produz alimentos suficientes para nutrir adequadamente toda sua população. Mesmo assim, esta noite, 854 milhões de mulheres, homens e crianças, dormirão com o estômago vazio.

Para poder dar voz às pessoas menos favorecidas, “o direito à alimentação” foi escolhido como tema do Dia Mundial da Alimentação deste ano. Este tema reflete a crescente tomada de consciência internacional do papel determinante que os direitos humanos desempenham na erradicação da fome e da pobreza.

Reconhecido pela primeira vez na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o direito à alimentação tem sido progressivamente fortalecido graças à aprovação de diversas medidas internacionais. Mediante a ratificação do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 156 Estados aceitaram o direito à alimentação como uma obrigação jurídica.

O direito à alimentação está cada vez mais presente nas constituições nacionais, textos legislativos, regulamentos e estratégias. Os programas sociais proporcionam mais meios para a reivindicação do direito à alimentação, tornando mais fácil para os cidadãos exercerem seus direitos, . Nesse contexto, a informação é um elemento chave. A população

precisa estar consciente de seus direitos e dos meios que dispõem para exigí-los e, ao mesmo tempo, os funcionários precisam conhecer seus deveres e as formas de cumpri-los. Enquanto as obrigações legais cabem ao Estado, todos os membros da sociedade – indivíduos, organizações, ONGs e o setor privado – têm responsabilidades relacionadas ao direito à alimentação.

Libertar da fome a humanidade é um dos objetivos fundamentais estabelecidos na Constituição da FAO. Na Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em 1996, os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram “*o direito de toda pessoa a ter acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito à alimentação adequada e com o direito fundamental de toda pessoa de estar livre da fome*”. Também se comprometeram a implementar esse direito em sua totalidade e a realizá-lo, de uma forma gradativa, com o objetivo de garantir a segurança alimentar para todos.

Visando incentivar a colocação em prática deste compromisso, o Conselho da FAO aprovou em 2004 as *Diretrizes Voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional*.

Essas diretrizes servem de ponte entre o reconhecimento jurídico deste direito e sua realização efetiva, já que proporcionam aos governos e à sociedade civil um conjunto coerente de recomendações.

Apesar dos progressos alcançados, a colocação em prática do direito à alimentação continua sendo um desafio para os países e para os peritos em desenvolvimento.

A partir das *Diretrizes sobre o direito à alimentação* foi elaborado um marco para implementação do direito à alimentação em cada país. O Dia Mundial da Alimentação proporciona uma oportunidade excelente para que os países façam um balanço das medidas que vêm tomando e dos resultados obtidos. É também uma ocasião para debater e chegar a um acordo sobre os novos passos necessários para colocar em prática de forma gradual o direito à alimentação.

O direito à alimentação requer uma mudança de percepção: deve deixar de ser entendido como um ato de caridade e começar a ser considerado como um direito. Assegurar que todos os seres humanos disponham de um suprimento de alimentos adequado e estável é mais que uma obrigação moral e um investimento com retornos econômicos potencialmente altos: é a realização de um direito humano fundamental, e o mundo tem os meios para torná-lo realidade.

Essa promessa, nascida no século XX deveria materializar-se no século XXI. Por isso, neste Dia Mundial da Alimentação de 2007, convido todos vocês a juntar-se comigo para fazermos do direito à alimentação uma realidade acessível para todos.



**Artigo: "Juntar esforços contra a fome"** – Patrus Ananias – Sítio do MDS – 16/10/2007

*Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*

O Dia Internacional da Alimentação é celebrado no dia 16 de outubro. Entre os dias 15 e 19, semana em torno desta celebração, estaremos reunidos em Pequim, na China, participando da Conferência Internacional cujo tema é “Agindo pelos pobres e famintos do mundo”. A comunidade internacional se volta para discutir, e enfrentar, o flagelo da fome, num debate onde nós, do Brasil, podemos participar de maneira ativa, não só com reflexões, mas também com indicadores de boas experiências.

A alimentação é reconhecida pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) como direito elementar e precedente a todos os outros. Uma concepção que representa um avanço na área e se coloca como um desafio a todos os governos do mundo: começa por defini-lo como direito e não como benesse, elevando-o ao patamar das políticas públicas. Para colocar esse direito em prática temos de estabelecer as devidas integrações entre políticas.

No Brasil, essa concepção se traduz na implementação do Fome Zero, estratégia do governo federal de integrar políticas para garantir acesso à alimentação, sobretudo aos mais pobres, implantando no país as bases de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional.

Na mesma linha de promover integração das políticas, o governo federal produziu, junto com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), o projeto de criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), cuja importância foi amplamente reconhecida pelo Congresso Nacional, que a aprovou prontamente no ano passado. Ela prevê a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

A fome, como nos alertava o saudoso Herbert de Souza, o Betinho, não espera; mata. Isso justifica a proposta de combater a fome articulando, como propõe o Fome Zero, ações emergenciais e estruturantes, superando a falsa dicotomia entre dar o peixe e ensinar a pescar. Em muitos casos, para ensinar a pescar é necessário dar o primeiro peixe porque de barriga vazia, ninguém se sustenta em pé. Sem alimentação adequada, em quantidade e regularidade suficiente, não há saúde. A criança com fome, quando consegue ir à aula, não consegue aprender. Sem aprender, o adulto não consegue se posicionar no mercado de trabalho de maneira digna.

O combate à fome está se dando em muitas frentes para materializar o acesso à alimentação como um direito possível a todos. As ações para garantia e manutenção da estabilidade econômica são fundamentais, uma vez que, sem ela, os programas sociais, notadamente os direcionados à distribuição de renda, perdem eficácia. E o efeito da distribuição de renda sobre a qualidade da alimentação dos cidadãos está devidamente comprovada, como demonstra uma pesquisa sobre o Bolsa Família feita no ano passado, a nosso pedido, em conjunto pela Universidade Federal da Bahia e pela Universidade Federal Fluminense. Das famílias pesquisadas, 93% das crianças e 85% dos adultos fazem três ou mais refeições diárias. E 73% afirmaram que a variedade de alimentos consumidos pela família aumentou após ingresso no programa que é o carro chefe do Fome Zero.

O Brasil já ultrapassou o primeiro dos oito Objetivos do Milênio da ONU, reduzindo o índice de brasileiros que vivem com menos de um dólar por dia de 11,7%, em 1992, para 4,6%, registrados no ano passado. Estamos também vencendo o desafio de

acabar com a fome no país e esperamos, a partir disso, consolidar a base de um forte projeto de nação onde todos tenham as mesmas condições e oportunidades.

### **Semana Mundial da Alimentação mobiliza várias cidades brasileiras – Sítio Eletrônico do MDS – 16/10/2007**

Hoje - 16 de outubro - é dia de refletir sobre a questão alimentar no mundo e várias cidades brasileiras organizaram eventos especiais para celebrar e não deixar o Dia Mundial da Alimentação, comemorado em 190 países, passar em branco. No site do Fome Zero – [www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br) - quase cem atividades foram cadastradas.

O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Oanur Ruano, participa, hoje, a partir das 18h00, da abertura da 3ª edição da Semana Mundial da Alimentação em Santo André (SP) - Anfiteatro Helena Guarida - Praça Quarto Centenário, Centro. Também estarão na cidade o presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Consea, Chico Menezes, e o prefeito de Santo André, João Avamileno.

Na cidade de Santo André acontecem várias ações de combate à fome e à miséria, com apoio do MDS. Lá, desde 2005, funcionam hortas comunitárias nos bairros de Pintassilgo, Marajoara, Capuava e Jardim do Estácio, e que hoje empregam 50 pessoas. Duas cozinhas comunitárias, localizadas na Vila Metalúrgica e no bairro de João Ramalho, atendem 150 crianças e mães diariamente. Além disso, cerca de 33 mil pessoas são beneficiadas pelos programas de Segurança Alimentar e Nutricional..

Alimentar-se bem é a melhor maneira de começar o Dia Mundial da Alimentação. Pensando nisso, a ONG Ação e Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida organizou o Café da Manhã para São Paulo. Uma grande mesa servida com frutas e lanches à disposição de milhares de pessoas. A mobilização começou às 9h, na Praça da Sé, centro de São Paulo.

A cidade de Cassilândia, no Mato Grosso do Sul, apostou na diversidade regional. Na praça São José, em frente à Prefeitura Municipal, será montada uma barraca com vários tipos de alimentos produzidos na região, com o intuito de estimular a economia local, melhorando a qualidade de vida da comunidade e a qualidade da alimentação consumida.

Aproveitando o mote das comemorações, começou na segunda-feira (15), em Recife, o V Encontro Pernambucano de Economia Doméstica, que tem como tema a economia doméstica e a Segurança Alimentar e Nutricional. A idéia é estimular um debate sobre como a economia doméstica pode contribuir em questões como alimentação, nutrição, saúde, arte, habitação, vestuário e desenvolvimento humano. Os encontros são realizados na Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE e seguem até quarta-feira (17).

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville, ao lado de 14 entidades parceiras, organizou uma grande mobilização social. A partir desta terça (16), quem passar pela praça Nereu Ramos poderá aferir a pressão, verificar o índice de massa corporal, receber orientações sobre alimentação e ainda ser beneficiado pela

distribuição de pães. Em cinco bairros da cidade, serão ministradas aulas de culinária, alimentação saudável e cidadania.

Na capital goiana, a Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás está realizando, até a próxima sexta-feira (19), a feira Tempero Goiano. Por meio de cursos de gastronomia regional, os organizadores pretendem disseminar conceitos de gastronomia saudável. Durante as aulas, ministradas para três turmas, os alunos aprenderão maneiras práticas de usar os alimentos, aproveitando cascas e talos, para preparar refeições de baixo custo e alto valor nutricional. O curso será ministrado em uma unidade móvel do Cozinha Brasil, localizada no Araguaia Shopping, no Setor Central.

E as comunidades que vivem em áreas remotas não serão esquecidas. No Pará, índios da etnia Kaiapó participarão de rodas de conversa, receberão folders sobre alimentação saudável e conhecerão a pirâmide nutricional baseada em alimentos tradicionais. As programações estão previstas para ocorrer nas Casas de Saúde Indígena.

Da floresta para o centro do poder nacional, a Semana Mundial da Alimentação mostra sua força no Supremo Tribunal Federal (STF), instância máxima do Judiciário brasileiro. Desde segunda-feira (15), folders estão sendo entregues a pais e crianças que circulam pelo espaço. Na pauta de discussões, material educativo, sugestões de cardápios para lanches, alimentos a serem evitados e comidas com alto teor nutricional. A nutricionista do STF também estará à disposição para esclarecer dúvidas sobre o assunto. A programação se estende até a próxima sexta-feira.

A programação completa está disponível no endereço eletrônico [www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br), na seção Eventos. Para incluir tópicos na programação, o endereço é [www.fomezero.gov.br/dia\\_alimentacao\\_f](http://www.fomezero.gov.br/dia_alimentacao_f)

#### **Informações para a imprensa**

*Mariana Moreira*

*(61) 3433-1057*

*ASCOM / MDS*

### **Projetos bem-sucedidos ganham destaque na Semana Mundial da Alimentação – Sítio Eletrônico do MDS – 17/10/2007**

Nem só de análises, estratégias futuras e mobilizações é feita a Semana Mundial da Alimentação. A ocasião - 15 a 19 de outubro - também é ideal para refletir sobre os resultados já alcançados e reconhecer as ações que rendem mais benefícios. Nesta semana, pessoas atuantes no cenário nacional da luta contra a fome destacaram as ações responsáveis por colocar mais comida na mesa de milhares de brasileiros. Entre as iniciativas mais citadas, estão o Programa Bolsa Família, a agricultura familiar, e a alimentação escolar.

Secretário nacional de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Adoniram Sanches destaca que a agricultura familiar é, dentre as iniciativas do Fome Zero, o principal objeto de financiamento e peça-chave na construção de uma política agrícola como suporte para a segurança alimentar. “Hoje, todos os estoques reguladores que o País tem, armazenados na Conab, vêm da agricultura familiar”, frisou.

Os números demonstram a importância que as iniciativas familiares têm para a economia nacional. Dos 4,5 milhões de estabelecimentos rurais existentes no Brasil,

4,1 milhões são familiares. Destes, 2 milhões usam recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Pronaf, para produzir alimentos, sobretudo hortifrutigranjeiros.

Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) aponta que, nos 100 municípios que mais contrataram as linhas de crédito do Pronaf nos últimos quatro anos houve aumento da produtividade, da circulação de mercadorias, e, conseqüentemente, da arrecadação tributária. Outra conclusão do estudo é que a população rural destas cidades não tem migrado. “Pessoas que antes não tinham esperança hoje têm permanecido no meio rural, gerando renda, com perspectiva de qualidade de vida diferente”, comemora Sanches

**O Pronaf** - considerado o principal suporte da agricultura familiar no País - concede crédito a juros baixos e, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, já disponibilizou 12 bilhões de reais para a safra de 2007/2008. São R\$ 2 bilhões a mais do que o crédito rural concedido na safra passada.

Um dos frutos do êxito do crédito rural é a realização da Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária. A quarta edição do evento, realizada de 04 a 07 de outubro, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, em Brasília, mobilizou 480 expositores de todas as regiões brasileiras. Para Sanches, a feira foi uma grande vitrine, que evidenciou que os agricultores familiares ofereceram produtos de alta qualidade, feitos dentro das normas sanitárias e com especial atenção à saúde humana. “No imaginário da população urbana ainda prevalece a idéia das grandes agroindústrias como produtoras de alimentos. Estamos mostrando, por meio destas feiras, que existem várias cooperativas e associações de agricultores familiares que são extremamente importantes na produção de alimentos diferenciados, saudáveis e regionalizados”, salientou.

Outra iniciativa ligada à agricultura que rendeu elogios foi o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), uma das estratégias do Fome Zero. Na prática, o programa compra parte da produção do agricultor familiar pelo preço de mercado e a destina a pessoas que não têm acesso a uma alimentação adequada. O Bolsa Família, responsável pela maior fatia dos projetos de transferência de renda do governo federal, também foi lembrado. Para o presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Chico Menezes, o programa é responsável por uma mudança social no Brasil. “A garantia de uma renda mínima à população mais carente muda não só a realidade daquela família, mas também incentiva a frequência escolar das crianças e jovens e a capacitação profissional, e altera ainda a realidade da comunidade ao redor, ao estimular a economia local”, reforçou.

O representante no Brasil da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, FAO, José Tubino, faz coro ao ressaltar as vitórias do PAA, programa que considera a porta de entrada do Fome Zero. “Ele tem dado dinamismo ao setor, principalmente pelo crédito agrícola”, analisou.

Outra iniciativa que tem chamado atenção de Tubino é a alimentação escolar. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Ministério da Educação, quadruplicou o valor repassado diariamente por aluno e já alimenta 36 milhões de estudantes. Para animar a Semana Mundial da Alimentação nas escolas, Tubino lança uma sugestão criativa: servir uma merenda especial aos alunos. “Não comemoramos a noite de Natal comendo peru?” compara.

O representante da FAO no Brasil observa que a falta de acesso à alimentação não é o único tema discutido durante a Semana. Segundo ele, há uma crise mundial no que diz respeito à qualidade do alimento ingerido e o desconhecimento de informações nutricionais

é crescente. “Existe um alto consumo de alimentos sem valor nutritivo, com aditivos químicos, excesso de açúcar, sal e de alto conteúdo energético e calórico, o que acaba por aumentar a incidência de doenças crônicas e obesidade”, ponderou.

**Informações para a imprensa**

*Mariana Moreira*

*(61) 3433-1057*

*ASCOM / MDS*

**Inflação dos alimentos volta a ser ameaça para países emergentes, diz organismo –**  
Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/10/2007

DO ENVIADO ESPECIAL A WASHINGTON - Após vários anos sob controle em quase todos os cantos do mundo, a inflação volta a ser ameaça para os emergentes.

De acordo com o FMI, o forte crescimento global dos últimos anos (o melhor período em 30 anos) aumentou muito a demanda e os preços dos alimentos. Os impactos são maiores nos países mais pobres, onde grande parte da renda é gasta na compra de comida.

Segundo cálculos do Fundo, entre 2000 e 2006, os preços dos alimentos deram uma contribuição de 26,6% para a inflação mundial. Em 2007, esse percentual já estava em 36,4%. Nos países mais ricos, porém, a mesma contribuição dos alimentos sobre a inflação passou de 14,2% para 18,4%.

Na média dos mercados emergentes, a contribuição dos alimentos sobre os preços varia de 35% a 40%.

O FMI acredita que essa pressão inflacionária dos alimentos possa começar a "vazar" para outras áreas, já que começam a existir exigências por aumentos de salários sem que a produtividade de algumas economias tenha subido.

De acordo com cálculo realizado tomando a economia da Índia como base, o Fundo afirma que cada 1% de aumento nos preços dos alimentos no país pode acarretar em uma aceleração de até 0,6% em outros preços não relacionados à alimentação.

Não por acaso, enquanto o FMI mantém em torno de 2% a inflação projetada para as economias avançadas tanto neste ano quanto no próximo, a previsão para muitos emergentes, principalmente latino-americanos, é de índices de preços maiores em 2008 ante 2007. Na média da América Latina, a taxa subiria de 5,3% para 5,8%. No Brasil, de 3,6% para 3,9%.

**Biocombustíveis** - O FMI alerta ainda de que a busca por fontes de energia renováveis, como os biocombustíveis, tende a agravar o cenário de pressões inflacionárias.

O aumento da produção de álcool a partir do milho nos EUA, por exemplo, responderá por 60% do crescimento da demanda por esse tipo de grão em 2007. Com efeitos menores, algo semelhante também vem ocorrendo no mercado da soja.

O Fundo afirma que, embora exista uma corrida na área de biocombustíveis, apenas o álcool produzido no Brasil a partir da cana-de-açúcar é um produto mais barato de ser produzido do que a gasolina -custa cerca de 15% menos. **(FCZ)**

### **Especialistas consideram Losan um marco jurídico no combate à fome – Sitio**

Eletrônico do MDS – 18/10/2007

Ainda há muitos desafios na questão do combate à fome, mas o Brasil já colhe os frutos do investimento que tem feito em segurança alimentar. E boas iniciativas surgem de todos os lados: do Executivo, da iniciativa privada e também da participação popular. “Cada vez mais o mundo entende a importância de erradicar a fome. Esse é o primeiro passo em direção a uma sociedade mais justa, o que é essencial também para um mundo mais seguro”, aponta o representante da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) na América Latina e Caribe, José Graziano.

No Brasil, a FAO é representada por José Tubino. Ele destaca que a participação comunitária é essencial para o desenvolvimento da questão e elogia o trabalho dos conselhos de segurança alimentar e nutricional nos âmbitos municipal, estadual e nacional. Tubino afirma ainda que a criação de conselhos é sinal claro de organização do governo. “Reconhecemos também o esforço no sentido socioambiental de várias entidades privadas”, completou.

Essa mobilização que envolve setor público, privado e sociedade civil, ganhou um reforço jurídico. Em 2006, foi sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, Losan. O embrião da Lei surgiu durante a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Olinda (PE), em 2004. Desde então, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e um grupo interministerial investiram na elaboração do texto.

A Losan cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Sisan. Por meio desse sistema, os governos das cidades, estados, o governo federal e a sociedade vão formular políticas e ações para garantir o direito à alimentação. Apesar da aprovação do texto, existe um longo caminho até que seja regulamentado. Ainda é preciso que o direito humano à alimentação seja incorporado à Constituição Federal.

Presidente do Consea, Chico Menezes reforça a importância da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para incluir o direito à alimentação na Constituição, mas já considera a aprovação da Losan um feito. “A consolidação do marco legal é reconhecida internacionalmente como uma grande conquista”, reconheceu.

Dentre as ações que aumentam a acessibilidade à comida, a Losan também é fundamental, na opinião de José Tubino, da FAO, por criar um marco jurídico para a orientação das políticas públicas. Ele destaca ainda que, como parte das ações de apoio ao Fome Zero, a FAO vai participar ativamente da elaboração das estratégias futuras.

“Teremos um plano de trabalho conjunto para que a FAO possa fornecer assistência técnica ao MDS e a todo o grupo interministerial.”, explicou.

Na avaliação de Selvino Heck, coordenador do Talher nacional, a Losan foi aprovada pelo governo federal depois de um amplo debate na sociedade. Segundo ele, desde o início dos anos 90, com a criação do Plano de Segurança Alimentar, personificado por Betinho e a Ação da Cidadania Contra a Fome e pela Vida, o povo brasileiro tem se conscientizado da gravidade de não se ter acesso à comida. E, desde então, tem participado de mobilizações, campanhas e exigido trabalho e renda a todos. “A sociedade tem se engajado nas políticas sociais propostas pelo governo federal e tem exigido cada vez mais o mesmo esforço por parte dos governos estaduais e municipais”, salienta.

### **Informações para a imprensa**

Mariana Moreira

(61) 3433-1057

ASCOM / MDS

### **O chamado da FAO e as respostas na ação - Onaur Ruano – Sítio Eletrônico do MDS – 18/10/2007**

O Dia Mundial da Alimentação é celebrado anualmente no dia 16 de outubro, tendo sido proclamado pelos estados membros da Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO), organismo das Nações Unidas, em novembro de 1979. A Assembléia Geral da FAO aprovou a comemoração tendo em consideração que "a alimentação é um requisito para a sobrevivência e o bem-estar da humanidade e uma necessidade humana fundamental".

É uma data símbolo para alertar a todos que para mais de 850 milhões de pessoas no mundo a fome é uma realidade diária. Diariamente, aproximadamente 24 mil pessoas morrem de fome ou causas relacionadas. Mais da metade dessas mortes são de crianças abaixo de 5 anos de idade. É necessário agir. Principalmente países da África, América Latina e Índia precisam de ações ousadas na ampliação dos Direitos Sociais.

Desde 2003, no Brasil, o Governo do Presidente Lula tem implantado programas voltados para os mais pobres do nosso país. Mais de 50 milhões de brasileiros puderam ter visibilidade e viram surgir políticas concretas para vencer a exclusão.

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), sancionada em 15 de setembro do ano passado pelo presidente Lula, criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, assim como trouxe a alimentação adequada para o campo dos direitos fundamentais do ser humano. O Poder Público passa a ter a responsabilidade de respeitar, proteger, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar o direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

O Brasil tem avançado na luta contra a fome. Segundo vários estudos a porcentagem de brasileiros abaixo da linha de pobreza tem caído de forma significativa nos últimos anos.

No quadro geral dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional, é fundamental, destacar que são políticas fortemente voltadas para o incentivo à Agricultura

Familiar, responsável pela produção de mais de 60% do alimento que vai à mesa do brasileiro.

Um exemplo é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que tem por finalidade o incentivo à agricultura familiar, por meio de aquisição de produtos agropecuários oriundos da agricultura familiar, bem como, na outra ponta, a doação de alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e formação de estoques estratégicos.

Não há de se falar em Segurança Alimentar e Nutricional, sem incluir o acesso à água potável como fundamental. Nesse sentido, o Programa de Construção de Cisternas no semi-árido brasileiro, coordenado pelo MDS, já propiciou desde 2003 a construção de mais de 200 mil cisternas, com investimentos de mais de R\$ 300 milhões, dos quais R\$ 257 milhões foram disponibilizados pelo MDS.

Como já disse o nosso Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, em seu artigo "Alimentação o direito número 1", estamos trabalhando na perspectiva de construirmos um país sem fome, menos desigual e mais justo. E a Segurança Alimentar, porque é diretamente ligada ao direito do primeiro degrau da dignidade humana, está na base desse projeto.

*\* Onaur Ruano é Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do desenvolvimento e Combate à Fome (MDS)*

### **Um velho tema: inflação e agricultura – José Roberto Mendonça de Barros – Valor Econômico – Opinião - 18/10/2007**

Está de volta um velho tema: está a agricultura gerando inflação? Se buscarmos a resposta nos índices de preços dos principais países do mundo, a resposta é não. Como se sabe, nestas regiões utiliza-se o conceito de núcleo da inflação, que resulta da retirada dos elementos voláteis, como energia e alimentos, dos cálculos globais. Na Europa, nos Estados Unidos e no Japão os núcleos de inflação estão estáveis ou em queda, ou seja, as altas recentes das cotações de vários preços agrícolas não contaminaram, pelo menos por hora, a inflação.

A questão a ser respondida a seguir é qual será a possível trajetória dos preços agrícolas para o ano próximo, ou seja, continuaremos a ter preços agrícolas mais elevados em 2008?

Para responder a esta pergunta temos antes que lembrar as causas que colocaram os preços, especialmente de grãos, onde estão hoje. Creio que haverá pouca discordância com relação à seguinte lista: aumento da demanda de alimentos por conta da elevação da renda; quebra de safra, especialmente importante no caso do trigo; elevação na demanda de milho, nos EUA, para a produção de etanol; elevação na demanda por biodiesel, estimulada pelos altos preços do petróleo; a desvalorização do dólar, que pressiona e corrige as cotações nas bolsas de mercadorias; e, finalmente, o contínuo crescimento dos volumes de recursos alocados nos fundos de "commodities".

Nosso argumento básico, após considerar a lista acima, é que os preços agrícolas não continuarão em trajetória ascendente no próximo ano, exceto por distúrbios climáticos que, hoje, não se pode prever. Antes de tudo temos que considerar a resposta da oferta agrícola: no caso do trigo, a safra quebrou de forma importante, no ano em curso, na Austrália, Rússia, Ucrânia e outros lugares, levando as cotações às alturas. É, pois, natural



que o plantio cresça na próxima estação, trazendo os preços para patamares mais razoáveis. O próprio mercado futuro assim sinaliza, com as cotações de maio (quando entra o trigo de inverno americano) já muito mais baixas. O mesmo deverá ocorrer com o plantio de soja e milho, especialmente na América do Sul. Por outro lado, o salto na produção de etanol de milho levou a uma derrocada de preços nos EUA, que de quase US\$ 4 por galão no ano passado vieram para US\$ 1,6 nos dias de hoje, o que deverá reduzir a fúria no crescimento da demanda de milho. Como o Brasil já sabe, a construção de uma infra-estrutura de distribuição de etanol leva tempo e custa dinheiro. Da mesma forma, a altura atingida nos preços de óleos vegetais vai desestimular, em certa medida, a demanda de biodiesel. No caso do Brasil, o biodiesel está inviável, exceto para projetos destinados ao consumo no local de produção.

---

### **No Brasil, os preços agrícolas estão no topo e devem recuar, mas a forte demanda interna na economia acena para uma inflação não mais decrescente**

---

Em resumo, o processo de elevação da oferta e redução relativa na demanda está em pleno andamento, como é tradicional na agricultura. Ademais, é provável que dentro de poucos meses a desvalorização do dólar seja contida, em virtude do ajuste externo em andamento nos Estados Unidos. Restam, portanto, dos elementos altistas, a elevação da demanda de alimentos, que vai continuar, e a entrada de recursos nos fundos de "commodities". Como já coloquei várias vezes neste espaço, os fundos continuarão a ser elementos decisivos nos mercados futuros. Entretanto, estou convencido que eles nunca vão contra os fundamentos, mas ampliam as variações positivas ou negativas pelo tamanho de suas posições. Em outras palavras, nenhum mercado será persistentemente altista contra os fundamentos. Por outro lado, é a atuação dos fundos que abre possibilidades maiores de "hedge" para os produtores.

Em conclusão, a elevação da demanda por produtos agrícolas deverá manter os preços em patamares relativamente elevados. Entretanto, em relação aos níveis atingidos neste ano, é muito mais provável uma correção negativa de certos produtos, como o trigo, e uma descompressão nos mercados de grãos como um todo. Ao longo do tempo, estou convicto que assistiremos, como muitas vezes no passado, a uma elevação do uso de tecnologia no campo, aumento da área cultivada em vários países do mundo (e no Brasil, em particular), reduzindo, senão eliminando, as chances de uma elevação da inflação mundial por conta da agricultura.

No caso do Brasil, a influência dos alimentos na inflação é muito maior, pois trabalhamos com os índices cheios. Mas, apenas a título de exercício, o núcleo do IPCA, sem alimentos e preços administrados, está em setembro subindo 2,7% no ano e 3,6% em 12 meses. No IPCA cheio os alimentos sobem 11,2% em 12 meses.

Para o Brasil tenho a mesma perspectiva acima exposta para os preços agrícolas: os preços estão num topo do qual deverão recuar. Em alguns casos, como o leite e o álcool isto já está acontecendo. Em outros, como os grãos, a elevação do plantio e a queda do dólar deverão levar a níveis menores em 2008, afetando positivamente o preço das carnes. Em resumo, não tenho preocupação quanto a uma eventual inflação agrícola, desde que o clima não atrapalhe. Tenho, entretanto, alguma preocupação com a inflação em 2008 por outras razões, que coloco a seguir.

Em primeiro lugar, a demanda interna está crescendo a taxas muito elevadas; as vendas ao varejo (que são apenas parte da demanda agregada) até julho estão crescendo

9,7% no ano e 8,7% em doze meses. Embora as importações estejam crescendo muito rapidamente, a produção destinada ao mercado interno também. É perceptível, nestas condições, uma recuperação cada vez mais generalizada de margens nas cadeias produtivas, como na automobilística e na construção civil (o INCC cresceu 4,62% no ano e a mão de obra 5,33%). Mesmo que as importações venham a crescer mais, isto leva tempo e ainda assim restará a questão dos não-comercializáveis. Com a alta do petróleo, os óleos combustíveis cresceram, até setembro 21,8%, a nafta 27%, o querosene 9,3% e o GNV 7,1%. A cadeia do plástico e os custos de energia serão pressionados. Finalmente, projetamos preços administrados maiores no ano que vem, da ordem de 3,8%.

Em conclusão, a inflação está em leve aceleração e deve ser maior no IPCA no ano que vem, algo como 4.3%. A inflação brasileira, ainda que baixa, não é mais sempre decrescente. **José Roberto Mendonça de Barros é economista da MB Associados. Escreve mensalmente às quintas-feiras.**

### **Secretário Onaur Ruano, do MDS, participa de Seminário Internacional de Segurança Alimentar na Colômbia – Sítio Eletrônico – 22/10/2007**

Organizado pela Escola de Nutrição e Dietética da Universidade de Antioquia será realizada, a partir desta segunda-feira (22/10), em Medellín (Colômbia), a V Feira e II Congresso Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Para apresentar a experiência brasileira no combate à pobreza estará presente o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Onaur Ruano. O representante do MDS discorrerá sobre o tema “*Como o Brasil diminuiu os níveis de pobreza contribuindo assim com o alcance dos objetivos do desenvolvimento do milênio*”.

Com objetivo de fortalecer a gestão dos governos e da sociedade na busca pelo intercâmbio de experiências, no intuito de abordar de maneira integral os objetivos dos desafios do milênio – entre eles a erradicação da pobreza e da mortalidade infantil – o congresso vai reunir – até a próxima quarta-feira (24) - representantes de universidades, centros de investigação, institutos tecnológicos, instituições governamentais e não-governamentais e membros da sociedade civil comprometidos com o tema central do encontro – Segurança Alimentar e Nutricional para a América Latina no novo milênio.

**Visita e convite** - O convite para que Onaur Ruano participasse do Seminário foi realizado em agosto deste ano, ocasião em que o Ministério recebeu uma delegação de quatro representantes do *Plan de Mejoramiento Alimentar y Nutricional (Mana)*, programa de segurança alimentar e nutricional desenvolvido no Departamento de Antioquia (equivalente a Estado, no Brasil), na Colômbia.

Durante a missão, os colombianos conheceram diversos programas desenvolvidos pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do MDS - entre eles o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Programa Cisternas, Compra Direta da Agricultura Familiar, Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos, Cozinhas Comunitárias e Hortas Comunitárias. Em Diadema (SP), a delegação conheceu vários exemplos de experiências brasileiras desenvolvidas na área social.

Na ocasião da visita, o PAA modalidade Leite despertou bastante interesse nos colombianos porque beneficia as duas pontas: o produtor familiar e também famílias. O programa do MDS está em 1.254 municípios de 10 Estados do Brasil, beneficiando 700 mil famílias atendidas pelo leite que é entregue gratuitamente todos os dias. Só em 2007, o MDS vai investir 183 milhões na aquisição do produto.

### **SERVICO**

***V Feira e II Congresso Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Medellín (Colômbia) - Participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS***

**Data:** 22 a 24 de outubro de 2007 (segunda a quarta)

**Local:** Centro de Convenciones Plaza Mayor - Medellín – Colômbia

**Informações para a imprensa**

*Júnia Almeida*

*(61) 3433 1052*

*ASCOM / MDS*

**Paradoxo da fome** - Xico Graziano \* - Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 23/10/2007

A fome resiste à modernidade. Segundo a FAO, a agência de alimentação da ONU, 850 milhões de pessoas sofrem a privação de comida na mesa. Qual a razão desse drama insuportável?

A análise histórica permite descobrir que as causas da fome se tornaram complexas após a industrialização da sociedade mundial. Antes, na sociedade antiga, a fartura dependia das regras da natureza. Quando chovia bem, garantido estava o celeiro. Se viesse a seca, faltava o pão. Imperava a agricultura de subsistência e o excedente, pequeno, alimentava a nobreza perdulária.

Tempos difíceis acometeram o povo no início do capitalismo europeu. Transformadas em operários, as massas camponesas viram desagregar-se a velha ordem. A crise provocou insuficiência da produção rural. Juntou a fome com a vontade de comer. Talvez tenha sido exatamente essa tragédia que, ao baratear a mão-de-obra, facilitou a vitória do capitalismo. Com a urbanização, rompeu-se o liame entre a moradia e a garantia alimentar. As cidades abriram um fosso entre a produção rural e o consumo doméstico.

O raciocínio fácil põe a culpa da fome nas costas da agricultura. Mas a análise histórica mostra que a insuficiência da produção de alimentos sempre esteve associada a outros problemas. Guerras, inclusive. Na atualidade, essa conjunção entre a fragilidade da agricultura e os conflitos bloqueia o abastecimento popular na África.

A mais famosa suposição sobre a origem da fome diz respeito ao crescimento demográfico. A explosão demográfica assusta, há séculos, os estudiosos. Não é para menos.

Os números impressionam qualquer leigo. Em 1650, a população da Terra era suposta em 500 milhões de pessoas. Duzentos anos depois, em 1850, dobrava para 1 bilhão de almas.

O inglês Thomas Malthus elaborou sua teoria demográfica nessa época. Em seu famoso Ensaio sobre a População, de 1798, sentenciou que a população crescia em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos aumentaria em progressão aritmética. O terrível descompasso parecia inevitável.

A História, porém, desmentiu Malthus. Em que pese a crescente multiplicação humana, o avanço da tecnologia permitiu fortes ganhos de produtividade na exploração da terra, elevando o nível das colheitas. As fronteiras da agricultura se expandiram, sustentando o crescimento populacional. A ampliação do comércio entre as nações facilitou a oferta de comida em regiões distantes.

A população continuou sua acelerada marcha. Em 1930, passados apenas 80 anos do primeiro bilhão, novamente os habitantes da Terra duplicavam, alcançando 2 bilhões de pessoas. Mais 45 anos e, em 1975, já eram 4 bilhões de pessoas. Hoje passam de 6,5 bilhões.

A produção rural, de forma até surpreendente, agüentou o tranco. O pior havia passado. A partir da segunda metade do século passado, a queda na taxa de natalidade da população começou a fazer diferença. O Velho Mundo equilibrou, em termos, sua população. Os EUA o seguiram. Na América Latina e na Ásia demorou, mas a redução progressiva da natalidade nos países em desenvolvimento significou a pá de cal na hipótese malthusiana.

Conforme ensina Joelmir Beting, porém, na prática a teoria é outra. A despeito do aumento da produtividade no campo e da redução do crescimento populacional, a fome persiste angustiando a cidadania. Os economistas descobriram, nessa jornada da humanidade, que o fator determinante da fome reside não na produção, mas na distribuição da comida.

Na economia monetária, é a renda das famílias que estabelece o nível de consumo da sociedade. Sem dinheiro no bolso, mesmo havendo oferta farta, pessoas, crianças principalmente, padecem de subnutrição. A desigualdade social, melhor que a falta de alimento, explica a terrível privação humana.

Hoje, ainda 52,4 milhões de pessoas enfrentam a subnutrição na América Latina e no Caribe. Segundo os dados da FAO, representam 10% da população. A situação mais grave está na América Central, onde o número total de pessoas com fome subiu, nos últimos 12 anos, de 5 milhões para 7,5 milhões. Já a América do Sul conseguiu baixar o número de seus famintos de 42 milhões para 35 milhões, caindo de 14% para 9% da população total. Menos mal.

Em artigo publicado em 16 deste mês, Dia Mundial da Alimentação, José Graziano, representante da FAO no Chile, atesta que apenas o Haiti produz menos alimentos do que

necessita para suprir seu povo. Na média, a América Latina e o Caribe produzem 31% a mais; no Brasil, o excedente, sobre a necessidade básica, é de 41%.

É claro que a exportação explica boa parte desse paradoxo. O Brasil tornou-se o maior exportador mundial de alimentos, somando a soja, as carnes, o açúcar, o suco de laranja, entre tantos componentes da balança comercial do agronegócio. Sabe-se, também, existir muito desperdício de alimentos, como no consumo das hortaliças.

De qualquer forma, é tristemente curioso perceber que existe excedente de comida numa sociedade em que perambulam milhões de famintos. Mas imaginar reduzir as vendas externas, como política para vencer a fome, piora a questão. Pois são exatamente as vendas externas que puxam o dinamismo da economia interiorana.

A receita mais segura para salvar o povo faminto está mesmo na geração de empregos, salário no bolso. Os agricultores, antes como agora, têm dado conta do recado. Mas as injustiças sociais, criadas historicamente, se perpetuam nos gabinetes da cidade. Esse é o pior flagelo.

\* Xico Graziano, agrônomo, é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. E-mail: [xico@xicograziano.com.br](mailto:xico@xicograziano.com.br) Site: [www.xicograziano.com.br](http://www.xicograziano.com.br)

#### **Alimento e habitação fazem IPC-S recuar – Valor Econômico – Brasil - 24/10/2007**

O recuo nos preços de alimentos e nos custos da habitação fez com que o Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) recuasse para 0,30% na semana encerrada no dia 22, diante de variação de 0,37% registrada na semana imediatamente anterior, informou ontem a Fundação Getulio Vargas (FGV).

O grupo alimentação teve alta de 0,72%, 0,12 ponto percentual abaixo do registrado na segunda semana deste mês, 0,84%. Já o índice do grupo habitação teve recuo de 0,10%, caindo de 0,16% para 0,06%.

No grupo dos alimentos, as principais quedas foram as registradas nos itens frutas (de 10,69% para 9,82%), laticínios (de -4,47% para -5,36%) e adoçantes (de -2,78% para -3,09%). Já no grupo habitação, as quedas mais relevantes foram as ocorridas nos itens tarifa de eletricidade residencial (de -1% para -1,41%) e tarifa de água e esgoto residencial (de 2,57% para 1,71%).

O índice do grupo vestuário continuou como o mais alto, 1,31%, mas apresentou recuo em relação ao da semana anterior, 1,57% (o peso do índice no resultado final, no entanto, é menor que o dos grupos alimentação e habitação).

Em queda ficaram os grupos educação, leitura e recreação (de 0,21% para 0,17%) e despesas diversas (de 0,07% para 0,04%). Já os índices dos grupos transportes (de -0,19% para -0,17%) e saúde e cuidados pessoais (de 0,15% para 0,25%) ficaram em alta.

A próxima apuração do IPC-S, com dados coletados até o dia 31 deste mês, será divulgada no dia 1º de novembro.

**Assentamento tem mais desnutridos, diz pesquisa** - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 26/10/2007

Filhos de assentados no NE têm déficit de crescimento 1,5 vez maior que demais crianças

No semi-árido nordestino, uma das regiões mais carentes do País, crianças que vivem em assentamentos da reforma agrária apresentam grau de desnutrição maior que o de filhos de famílias não-assentadas. O déficit de crescimento - um dos indicadores do grau de desnutrição crônica - entre meninas e meninos assentados é 1,5 vez maior que o déficit no grupo dos não-assentados. Em termos de desnutrição aguda, a diferença chega a ser 2 vezes maior.

Esses números fazem parte de uma pesquisa por amostragem com crianças menores de 5 anos, realizada em 2005, pelo Ministério do Desenvolvimento Social, cujos resultados foram apresentados ontem durante reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais (Anpocs), em Caxambu (MG). “A situação dos assentamentos é muito precária, pior que a média nordestina”, afirmou a professora Leonor Pacheco, da Universidade de Brasília (UnB), uma das coordenadoras do estudo.

O levantamento envolveu 19 mil crianças e foi realizado no Dia Nacional de Vacinação. Verificou-se que, enquanto no conjunto do Nordeste 6,6% das crianças apresentam déficit de crescimento, assinalando um estado de desnutrição crônica, nos assentamentos ele chega a 15,5%. A falta de peso adequado para a idade foi de 5,6% no geral e de 8,6% nos projetos da reforma agrária; e o déficit combinado de peso e altura variou de 2,8% para 7,3%.

Verificou-se também que 39% das famílias sobrevivem com ajuda do Bolsa-Família, 20% fazem menos de três refeições por dia, 46% não possuem luz elétrica e 92,5% não têm água encanada em casa. No conjunto, 31% dos chefes de família são analfabetos.

Foi um resultado inesperado. Na média, o Ministério do Desenvolvimento Agrário despende R\$ 42 mil para assentar cada família dentro do programa de reforma agrária, que se expande ano a ano. No semi-árido existem 3.329 projetos com quase 214 mil famílias assentadas. A expectativa do governo é de que, com esse empurrão, elas comecem a produzir alimentos, com melhoria no nível de qualidade de vida. Mas a pesquisa, denominada Chamada Nutricional - Um Estudo sobre a Situação Nutricional das Crianças do Semi-Árido, mostrou outra realidade.

**Líderes contestam resultados** - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 26/10/2007

O líder da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), que coordena 32 assentamentos em Pernambuco, João Santos, afirmou desconhecer situação de desnutrição entre crianças assentadas. “Quem vive em assentamento tem o básico, tem feijão, milho, inhame, farinha de mandioca, legumes”, observou. Ele considerou “lamentável” e “muito grave” o resultado do estudo da UnB.

Coordenadora da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Nordeste, Marluce Melo disse que o que muda na vida das famílias assentadas é justamente o fato de passar a ter o que comer. “É a mesa farta, o prato cheio”, afirmou. Para ela, uma situação como a encontrada pela UnB deve se referir a “alguma exceção”, de “uma situação extrema em época de seca muito severa”.

**Renato Maluf é indicado por unanimidade para a presidência do Consea** – Sítio Eletrônico do MDS – 26/10/2007



Ministro Patrus Ananias e Renato Maluf durante a plenária do Consea

*Ministro Patrus Ananias participa da votação durante plenária que deu posse aos conselheiros*

O professor Renato Maluf, do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, foi indicado por unanimidade para a presidência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) na manhã desta sexta-feira (26/10) em Brasília. A decisão será encaminhada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que fará a nomeação, e ocorreu durante reunião plenária que deu posse aos 36 conselheiros representantes da sociedade civil.

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, secretário do Conselho, participou da plenária no período da manhã e destacou a atuação de Chico Menezes, presidente do Consea no período entre 2004 e 2007. “Gostaria de fazer um agradecimento especial ao Chico Menezes pelo trabalho desempenhado, o espírito democrático, a capacidade de dialogar e consensuar, com equilíbrio e serenidade”, afirmou.

O ministro elogiou a nova composição do Consea, que teve uma renovação de 50% dos conselheiros e agora possui uma maior participação direta de segmentos mais vulneráveis, como populações negras e comunidades tradicionais e indígenas. Ele também ressaltou a pluralidade do Consea, reunindo entidades religiosas, centrais sindicais, representantes de agronegócio e indústrias alimentícias, trabalhadores da agricultura, além de especialistas e pesquisadores de segurança alimentar e nutricional. O ministro Patrus também destacou o avanço no equilíbrio regional - o Nordeste agora tem mais representantes do que o Sudeste, que tinha maioria de conselheiros na gestão anterior - e na proporcionalidade de gênero, já que dos 36 conselheiros, 17 são mulheres.

O ministro Patrus falou ainda sobre os desafios da nova gestão, lembrando que, no ano passado, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) foi aprovada em 11 meses e agora é preciso regulamentá-la e implementá-la. “O Brasil não admite mais conviver com a fome e a exclusão social”, salientou.

O encontro prossegue na tarde desta sexta-feira (26/10) e conta com a participação do secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Onaur Ruano, e da assessora especial do Fome Zero, Adriana Aranha. Esta é a primeira plenária dos novos conselheiros, nomeados por decreto presidencial, publicado no Diário Oficial da União em 23 de outubro. A nova gestão terá mandato até o final de 2009 e inclui também representantes de 17 Ministérios e secretarias especiais do governo federal. Para ver a lista completa dos integrantes do Conselho.

### **Cana não atrapalha a produção de alimentos, afirma CNA – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/10/2007**

Confederação faz as contas e diz que plantio alcançará 8% da área destinada à agricultura

O presidente da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Edison José Ustulin, não vê possibilidade de o crescente plantio da cana atrapalhar a produção de alimentos no País. Ele diz que a área do plantio de cana alcançará no máximo 8% da destinada à agricultura, isso quando o País estiver produzindo o máximo possível, de 350 bilhões a 400 bilhões de litros de etanol. Hoje, a produção é de 20,5 bilhões. “Não será preciso usar um metro de terra de cerrado ou da Amazônia”, afirma.

Ustulin cita números para apostar que a cana-de-açúcar não vai atrapalhar a produção de alimentos. “Dos 62 milhões de hectares plantados com grãos e outros tipos de alimentos, 7 milhões estão ocupados com a cana.” A pecuária, segundo ele, tem 220 milhões de hectares de pasto. “Desses, 90 milhões de hectares podem ser utilizados na agricultura. Dos 90 milhões da agricultura, somente 23 milhões de hectares podem receber cana, por causa das características da terra.”

Ele faz uma soma, para reafirmar que a cana não é uma ameaça. “Sete milhões atuais, com 23 milhões, somam 30 milhões de hectares, que podem ser usados para o plantio da cana, sem entrar em nenhuma nova área, sem desmatamento”, afirma. “Se



destinarmos dessa área de 30 milhões de hectares 65% à produção de etanol, teremos mais ou menos 20 milhões de hectares para o álcool.”

Hoje, segundo Ustulin, a produção é de 7 mil litros de álcool por hectare. “Temos capacidade de chegar a 140 bilhões de litros. Mas podemos ir a muito mais. Com a transformação de toda a matéria-prima em álcool (bagaço e folhas), que chamamos de verticalização industrial, dá para chegar a 280 bilhões de litros. E, com o avanço da tecnologia, com novas formas de produção e modernização das usinas, mais irrigação, chegaremos à produção máxima, que será de 350 bilhões a 400 bilhões de litros. Isso é mais do que suficiente para abastecer meio mundo. Hoje nossa produção é de 20,5 bilhões.”

Portanto, afirma Ustulin, por maior que seja o plantio, o máximo que se chegará com a cana será de 8% da área agricultável do País. Atualmente, 1,5% da área total é usada. “Não será necessário derrubar nada de cerrado nem de mata.”

Ele prevê que a pecuária extensiva, de pastos, terá de dar lugar à intensiva, de confinamento, porque essa é a tendência mundial. “Com a modernização da atividade de pecuária, gado e cana vão conviver sem problema. A cana fornecerá a ração para o gado. Portanto, poderemos produzir em conjunto açúcar, álcool e proteína. Não há risco”, afirma.

**CONFLITO** - O conflito entre a cana, o gado e outras culturas já chegou em cidades de grande potencial de produção agrícola e pecuária. Em Rio Verde (GO), com o apoio de 47 entidades, o prefeito Paulo Roberto Cunha (PP) aprovou na Câmara Municipal, em 2006, lei que restringe o plantio de cana a 10% da área agricultável da cidade.

Como são 500 mil hectares, a cana só poderá ocupar 50 mil. No ano passado, só em Goiás a área plantada com cana aumentou 17%. Neste ano, ainda não há números exatos, mas calcula-se que o crescimento pode ter chegado a mais 25%. Ao todo, com algumas em processo de instalação, o Estado de Goiás já tem 27 usinas.

Segundo o prefeito Paulo Roberto Cunha, o mais preocupante na expansão da cana é a interferência no modelo econômico da cidade, já consolidado com multiplicidade econômica. Só a Perdígão, que atua na área de alimentos, gera 6 mil empregos e tem um plano de expansão de R\$ 500 milhões para os próximos cinco anos.

Ao tomar a decisão de limitar a cana, o prefeito lembrou que perderia receita. Mas disse que preferiu agir assim, para evitar comprometer a multiplicidade de negócios na cidade.

### **Agroecologia está restrita a 2% da produção agrícola mundial**

A inércia das idéias feitas é a saúva do conhecimento -ou acabamos com ela, ou ela ainda acabará conosco. O lugar-comum sobre baixa produtividade e alto custo da agricultura orgânica ("agroecologia" pode ser um nome menos tautológico) é o correlato perfeito da noção não menos precária de que só a biotecnologia (transgênicos na vanguarda) poderá livrar o mundo da fome.

Nenhuma das afirmações acima foi ainda adequadamente testada e provada até agora, mas ambas estão na base das noções predominantes sobre a agricultura. Enquadrado por essa moldura de aço, o debate público não encontra espaço para apreciar conclusões divergentes, como as que emergiram da Conferência Internacional sobre Agricultura Orgânica e Segurança Alimentar, realizada em Roma, entre os dias 3 e 5 de maio. Só agora o relatório final do encontro organizado pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentos e Agricultura) chegou ao conhecimento da coluna. Pode ser obtido, em espanhol, no endereço <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/meeting/012/J9918S.pdf>. Os 350 participantes de 80 países, filiados a 66 governos, 45 ONGs, 24 institutos de pesquisa e 31 universidades, remaram com esforço contra a corrente, sem nenhuma garantia de que chegariam a algum lugar.

Seu ponto de partida é o paradoxo do sistema alimentar internacional, que tem uma face dupla. Primeira: o suprimento de comida é suficiente para alimentar toda a humanidade, mas 854 milhões de pessoas passam fome no mundo. Segunda: o uso de insumos químicos na agricultura não pára de crescer, mas a produção de grãos caiu por dois anos consecutivos (1% de 2004 a 2005 e 2,7% de 2005 a 2006).

A turma da conferência em Roma pode ser quixotesca, mas não rasga estatísticas. Reconhece no documento a necessidade de aumentar a produtividade da agricultura em 56% até 2030, só que vê um papel para a agroecologia nesse desafio.

Pelas simulações, a conversão da agricultura mundial para padrões orgânicos -que excluem pesticidas e fertilizantes à base de nitrogênio- resultaria num suprimento de 2.640 a 4.380 quilocalorias diárias por pessoa. O mínimo recomendado é 2.200.

Não se trata de trocar seis por meia dúzia. Os defensores da agricultura orgânica sustentam que suas práticas consomem 33% a 56% menos energia que a convencional, dobram a quantidade de carbono seqüestrado no solo, reduzem 48% a 60% as emissões de CO<sub>2</sub> e retêm 20% a 40% mais água no solo. Ou seja, são muito melhores para mitigar os efeitos do aquecimento global e da escassez de água que rondam o planeta.

Seria imprudente tomar essas afirmações por verdades comprovadas. Elas estão sujeitas, no entanto, a corroboração empírica. Só que a agroecologia permanece restrita a 2% da produção agrícola mundial, se tanto, e não passa de um gueto exótico nas escolas de agronomia.

Nelas imperam as saúvas biotecnológicas, que podam sem cessar os brotos de um programa de pesquisa comparativa -perfeitamente racional- sobre a sustentabilidade dos estilos agrícolas concorrentes.

Diz uma velha máxima do ativismo político que é preciso ser pessimista na análise e otimista na ação. Há momentos sinistros, porém, em que a realidade monopoliza toda a margem para o pessimismo e ainda condena o otimista à análise, lodaçal que separa um oceano de boas intenções e medidas sensatas da terra firme em que homens de carne e osso carbonizam o próprio futuro.

**MARCELO LEITE** é autor de "Promessas do Genoma" (Editora da Unesp, 2007) e de "Clones Demais" e "O Resgate das Cobaias", da série de ficção infanto-juvenil Ciência em Dia (Editora Ática, 2007). Blog: Ciência em Dia ([www.cienciaemdia.zip.net](http://www.cienciaemdia.zip.net)). E-mail: [cienciaemdia@uol.com.br](mailto:cienciaemdia@uol.com.br)

Coordenador  
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária  
Diva de Faria

**oppa** Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: [oppa@ufrj.br](mailto:oppa@ufrj.br)  
Site eletrônico: [www.ufrj.br/cpda](http://www.ufrj.br/cpda)

Apoio

